

3 de Agosto 2021
Terça-feira
Semanário - Ano 5
Nº 270
Director-Geral
Evaristo Mulaza



FUNCIONÁRIOS COM O 'CORACÃO NA MÃO'

Nosso Super encerra lojas, Governo diz não estar informado

COMÉRCIO. O Grupo Zahara, que gere a rede de supermercados Nosso Super, já encerrou pelo menos quatro lojas em Cacucaco, Viana, Sambizanga e no Zamba 3, todas em Luanda. Os funcionários temem pelo futuro e o Ministério do Comércio e Indústria responde que não está informado. Pág. 12



I SEMESTRE

Blocos mais produtivos exportaram menos 17%

Pág. 8



MERCADO DE CAPITAIS

Bodiva defende que bancos devem promover conta custódia

Pág. 14

OPINIÃO

António Vieira, ex-director da Cobalt

Há incompetência ministerial?

Pág. 20

ALEGADA CORRUPÇÃO

Trespases ilegais continuam nas centralidades

Págs. 18 e 19

FRANCISCO DOS SANTOS, ENGENHEIRO E MENTOR DO 'RIO LUANDA'

“Luanda ficou um edifício bonito, mas sem casa de banho”

Págs. 4 a 7



LEGALIZEM OS TRESPASSES

Pela segunda vez em menos de um ano, o *Valor Económico* destaca, nas suas páginas, a problemática dos trespases nas centralidades do país. Há uma razão muito objectiva para isso. No quesito particular da comercialização desses imóveis do Estado, os trespases começam a constituir-se numa inesgotável fonte de conflitos com proporções incalculáveis. Pelo menos a julgar pelas leis actuais que consideram a prática ilegal. Mas também pela visível negligência das autoridades em controlarem o problema agora, já que não vão a tempo de cortar o mal pela raiz.

Como bem se sabe, entre outras razões, a transferência de titularidade de imóveis nas centralidades vem acontecendo essencialmente por dois motivos. Primeiro, porque a crise política e económica levou muita gente a abandonar o país, produziu desemprego em massa e resul-

tou na perda do poder de compra de milhões de famílias. Segundo, porque, desde o início, o Governo não foi capaz de garantir um processo de comercialização justo, transparente e legal. Ao arrepio da lei, muitas pessoas que não deviam ter direito aos apartamentos nas centralidades – ou porque já tinham comprado imóveis ao Estado, ou porque não tinham condições para os pagar – acabaram contempladas. Em contraponto, milhares de pessoas que seriam as candidatas ‘naturais e legítimas’ ficaram excluídas.

O que se assiste hoje, portanto, é uma espécie de inversão de papéis que coloca todos, incluindo o Estado, numa encruzilhada.

Alguns dos que têm casas a mais, tantos outros dos que abandonaram o país e muitos que ficaram sem dinheiro para se manterem nas centralidades estão a vender os imóveis, mesmo sem os terem pago na totalidade. E o Estado que insiste na ilegalidade do procedimento é o mesmo Estado que reconhece con-

tratos de trespasse nos seus cartórios.

Todo este emaranhado projecta indiscutivelmente um cenário de potenciais conflitos sem inocentes. Vendedores e compradores serão culpados por saberem da ilegalidade do negócio. E o Estado será culpado por determinar a ilegalidade do negócio e permitir, nas suas próprias instituições, que o negócio se concretize.

A solução talvez esteja então na reconstrução de uma máxima da sabedoria popular. Dois erros devem levar necessariamente à invenção de um acerto. Se as pessoas erraram ao transaccionarem imóveis violando a lei, se o Estado errou ao vender apartamentos a quem não devia e ao colocar milhões de famílias numa crise sem precedentes, então deve ajustar a lei para legalizar os trespases em condições específicas. Porque nada será mais ridículo e até criminoso do que vermos famílias perderem apartamentos amanhã, porque o Estado decidiu finalmente desenterrar a cabeça da areia.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola;
222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao;
comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



CARLOS DOSSANTOS,
PCA da CICALAS-Angola

A empresa voltou à organização de feiras?

Reiniciámos em Abril com a 'Feira agro-industrial de Viana', que teve a participação de 100 expositores, seguindo depois a de 'Saúde e bem-estar', também realizada em Viana, com o concurso de 45 intervenientes. Estes eventos, como sabemos, abrem oportunidades para empregos directos e indirectos.

Que perdas resultaram da paralisação?

Os prejuízos decorrentes da pandemia são enormes e por isso tivemos de despedir funcionários. Mas, sem muita margem de erro, posso assegurar que as perdas financeiras, no intervalo de um ano, estão avaliadas em 150 milhões de kwanzas.

E as perspectivas?

A próxima acção será a realização da 'Expo Cangandala', de 27 a 29 de Agosto, a decorrer no município santuário da palanca negra gigante. O objectivo é promover a produção local, mas também o turismo. Já entre 3 e 7 de Novembro, em Luanda, terá lugar a feira de produtos 'made in Angola', para fecharmos o ano com a 'Expo-negócios' de 1 a 5 de Dezembro, no Uíge.

27

TERÇA-FEIRA

O representante do Comité de Gestão Coordenada de Fronteiras, Santos Mussano, garante que o organismo está a munir-se de equipamentos diversos para a redução contínua do tempo de desalfandegamento das mercadorias e das inspecções duplicadas das mercadorias junto das fronteiras.

28

QUARTA-FEIRA

O BNA revoga oito licenças de instituições financeiras não bancárias, perfazendo um total de 15 empresas que viram as autorizações anuladas, num espaço de duas semanas.

29

QUINTA-FEIRA

A secretária de Estado do Orçamento e Investimentos Públicos, Aia-Eza da Silva, defende a necessidade de inclusão de mais acções no Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza (PIDLCP) nos municípios.



30

SEXTA-FEIRA

O presidente da Associação das Indústrias de Materiais de Construção de Angola (Aimca), José Mangureira, reclama do excesso de inspecções que estas empresas têm sofrido e da falta de coordenação entre ministérios.



24

SÁBADO

A empresa Telhafal, em representação de outras unidades industriais já vendidas na ZEE, dá a conhecer que os ex-trabalhadores dessas fábricas nunca tiveram qualquer tipo de relação jurídico-laboral com a Sonangol Investimentos Industriais (SIIND).



25

DOMINGO

O Banco Angolano de Investimentos (BAI) adopta o serviço e-Kwanza para efectuar pagamentos regulares de subsídios dos seus colaboradores.



SEGUNDA-FEIRA

A Sonangol anuncia que o Tribunal Arbitral Internacional, sob auspícios do Instituto de Arbitragem da Holanda, determinou a sentença final a seu favor, na sequência do litígio iniciado em 2019, com a Exem Energy de Isabel dos Santos. A empresária promete recorrer.

COTAÇÃO



PETRÓLEO EM QUEDA...

O petróleo começou a terça-feira a recuar quase 1%, depois de, no dia anterior, fechar com queda de mais de 3%. O Brent, referência às exportações nacionais, abriu a negociar a 73,09 dólares. Já o WTI iniciou a 73,09 dólares, após fechar nos 72,89.



BOLSA DOS EUA CAI...

As acções norte-americanas abriram a cair, fruto dos receios à volta da variante Delta do coronavírus. Dos 11 índices, somente quatro iniciaram o dia a ganhar, com destaque para o imobiliário e os serviços públicos. Até à tarde de terça-feira, o S&P 500 perdia 0,018691%, a 4.386 pontos, enquanto o Nasdaq recuava 0,42%, a 14.619 pontos.

Entrevista



Mário Mijetes © VE

FRANCISCO DOS SANTOS, ENGENHEIRO HIDRÁULICO E UM DOS MENTORES DO RIO LUANDA

“Luanda ficou um edifício bonito, mas sem casa de banho, porque ‘os hidráulicos’ não são consultados”

Defende que a solução para o problema das inundações passa pela construção do ‘rio Luanda’, mas alerta que “não é o fim, mas o princípio de uma revolução sanitária”. Lidera o Instituto Médio de Gestão de Águas e Preservação Ambiental (Imenha), com esperança de que os técnicos sejam ouvidos. Crítico da actual gestão das águas, defende que deveria estar separada da energia, no Ministério, por estar “atrasada”.

Por Júlio Gomes

Como o lha para a gestão da cidade de Luanda, quanto ao saneamento básico?

O quadro é catastrófico no que concerne ao abastecimento de água. Os esgotos estão a céu aberto e depositados em lagoas criadas não sei a partir de que princípios. A drenagem é feita aleatoria-

mente e as avenidas tornaram-se em autênticos rios.

Foi por isso que fundou o instituto de gestão de águas?

Sempre que chove, a minha área fica como se fosse uma casa sem dono. E penso no que posso fazer para mudar o quadro. Então, criámos esta escola para multiplicar o conhecimento, dando aulas naquilo que é necessário para o país, ou seja, técnicos para o sector do abastecimento de água, dos resíduos sólidos e dos esgotos.

Luanda não está a conseguir inverter as makas do saneamento?

Nós, como especialistas, temos uma solução que passa por estruturar isso.

Por onde começar?

Vamos por partes: em Luanda, não temos água, mas temos dois rios, o que significa haver potencial hídrico que pode ser transformado em disponibilidade hídrica. Ainda que não tivéssemos rios, estamos numa região de chuvas constantes.

“Muitos dos nossos projectistas não são daqui. Fazem os projectos num determinado pedaço de terra e quando chegam não estão articulados com outras zonas.”

Então sugere o aproveitamento da água das chuvas para abastecer a cidade?

Luanda, no período chuvoso, em uma hora de chuva, passa pela sua plataforma mais de 200 milhões de metros cúbicos de água. Se engendrarmos projectos estruturantes, a água das chuvas acaba por ser suficiente para abastecer a cidade. Mas vamos ignorar as chuvas e buscar o potencial hídrico que temos, ou seja, o Rio Kwanza que debita para o oceano cerca de um milhão de metros cúbicos de água por segundo e o rio Zenza, a Norte, que debita 450 metros cúbicos por segundo. Então, para transformar esse potencial hídrico em disponibilidade hídrica, temos de trazer esse manancial para dentro.

Daí o 'Projecto do Rio Luanda'. Não é oneroso?

Se é oneroso não é um problema. Com as dificuldades por que passamos por falta de água perdemos muito mais do que isso. Aliás, acredito que se lembra: o Cazenga era chamado zona industrial, o mesmo que Viana. Essas zonas industriais deixaram de existir por falta de água. Está a ver o que perdemos? Logo, as fábricas que estavam no Cazenga e na baixa transferiram-se todas para as margens do Rio Kwanza.

Para conferir melhor qualidade de vida...

Todas as cidades do mundo desenvolvem-se próximas de um manancial. Quando se projectou a cidade de Luanda, pensou-se na possibilidade de se ir buscar água destas fontes. Porém, uma vez que o Rio Kwanza fica muito longe e era necessário desenvolver a zona industrial de Viana e a zona agro-pecuária, trouxe-se um canal, o do Kikuxi, que terminava em Cacuaco e na 'ponte molhada' do Benfica. Como a zona de Viana e Cazenga, Cacuaco e Benfica eram igualmente industriais e agrícolas, havia muitas bacias de retenção e, quando caíssem as chuvas, o caudal das águas pluviométricas se dispersava para essas zonas, aproveitando-a para as fábricas e o gado. Com a ocupação desmedida da cidade, muitos desses cursos de água foram obstruídos e a água deixou de ir para lá. Como resultado, faz um retorno na bacia do Coelho e apanha a linha antiga, o chamado Rio Cambamba, muitas vezes, provocando inundações.

O que fazer?

Se queremos realmente desenvolver a cidade, temos de refundá-la. Começando pela estruturação do saneamento básico. Senão vejamos: estamos numa sala, mas, se o saneamento básico não for bem feito, ninguém fica nela. Luanda hoje ficou como um edifício bonito, mas sem casa de banho. Se não construíres no começo da obra a fossa, depois não terás espaço para construí-la. Aí, a casa perde valor. Aí está a importância do saneamento básico. Temos prédios bonitos, do primeiro nível, mas, quando chegam as chuvas, perdem valor.

O Rio Luanda resolveria o problema das inundações?

Lógico, porque foi pensado por hidráulicos, pessoas que têm responsabilidades. E ele não é o fim da coisa, mas o princípio de uma revolução sanitária. Há um princípio básico a traduzir que as águas das chuvas não devem percorrer longas distâncias, porque depois criam o problema de inundações e alagamentos. Existe o que se chama microdrenagem a partir dos locais onde a água se forma, nos quintais e depois vai para as sarjetas e, por tubagem subterrânea, é encaminhada para outra rua. A partir desta, porque a tubulação é maior, começa a macrodrenagem. Mas é importante que essa água encontre uma bacia de retenção, próxima, onde descarregue. Quando esta encontra uma bacia de retenção, o tubo fica vazio e tem capacidade de receber outras águas. De acordo com o Projecto do Rio Luanda, podemos ter uma bacia em vários bairros, sendo preciso calcular o período de retornos, quando há chuvas de grande intensidade. No Coelho, como não havia um dispositivo para esvaziar, a água transbordava, tornando a zona intransitável. Quando isso acontece, precisamos de unir várias bacias até chegar a um rio ou ao mar. Com os cálculos do volume de água, estaremos a fazer um rio seco que só funciona no período chuvoso, mas com a particularidade de que, quando as chuvas pararem, se fica com reservas de água. Era assim que as coisas funcionavam na época colonial.

Nessa altura, não havia muita gente em Luanda...

Acha que Luanda tem mais pessoas do que Nova Iorque, nos EUA? Não! O problema está apenas na estruturação da cidade.

Perfil

Dedicação à engenharia hidráulica

Licenciado em Engenharia Hidráulica e Ambiental na Ucrânia, em 1996, Francisco Lopes dos Santos nasceu no Gulungo Alto, no Kwanza-Norte, em 1965. “Estou no sector há mais de mais de 25 anos e, por isso, poderia contribuir mais. Aliás, esta escola privada deve ser a única no país, mas seria bom se houvesse uma pública com esse perfil. Se o Governo quiser, estaremos aqui para ajudar”, destaca. É PCA da Kamaris, gestão de águas, empresa que detém, entre outros negócios, o Instituto Médio de Gestão de Águas e Preservação Ambiental (Imenha).

Quer dizer que as infra-estruturas não acompanham o crescimento demográfico...

Porque os técnicos observam as coisas a andar, mas não intervêm. O próprio Estado perdeu autoridade. Podemos ver um cidadão a construir no meio da estrada e, às vezes, o administrador acha que o problema não é dele, que a resolução tem de vir de cima. Mas com isso estruturado, beneficia o cidadão. O que o Governo está a fazer é movimentar pessoas de zonas de perigo como na Boavista para uma urbanização no Malueke. Está a fazer bem ou mal?

O que pensa?

Acho que está a fazer muito bem, porque, no período de chuva, quantas pessoas perdem os bens, morrem electrocutadas e não conseguimos ir ao trabalho porque as ruas ficam intransitáveis, sabe quais os danos para a economia, para a saúde e para o 'stress'? Então isso não tem peso? É preciso acabar com essa anomalia recorrendo à estrutura-

ção da cidade. Veja que temos os bairros todos inundados. O que há em cada casa é uma fossa e um tanque de água. Já imaginou o problema de saúde pública se a água da chuva inundar a fossa e o tanque de água? Então os técnicos ligados a essa área não têm de pensar? Vamos falar só de dinheiro?

Porque a municipalidade está em falta, daí as construções anárquicas que vemos...

Aqui, o problema é técnico. Os técnicos ligados a esta área têm a obrigação de auxiliar o Governo e este deve ter a sensibilidade de olhar onde pode vir a solução.

Mas os especialistas são ouvidos ou não pelo Governo?

Nós estamos habituados a comprar projectos. Muitos dos nossos projectistas não são daqui. Fazem os projectos num determinado pedaço de terra e quando chegam não estão articulados com outras zonas.

Ainda sobre o Rio Luanda, este também receberia as águas residuais, tornando-o pestilento, não?

Quem disse que as águas fecais vão ser canalizadas ao rio?

Não?

Angola está inserida em determinadas convenções internacionais. Uma delas estabelece metas no desenvolvimento humano até 2030 e ressalta que 'temos de ter um saneamento seguro'. Infelizmente, não temos uma lei do saneamento básico. Temos apenas alguns decretos presidenciais, com determinadas obrigações. Mas as leis de alguns países preocupados com o ambiente exigem que as zonas urbanas e as indústrias não podem depositar águas residuais num corpo de água sem antes passarem por uma estação de tratamento. O decreto 261 fala um pouco disso, mas não define quem deve tratar. Portanto, se não tratarmos dos esgotos, estaremos a proliferar doenças.

Não tratamos dos esgotos, porque não damos valor aos técnicos desta área. Já viu o que se passa em Talatona, próximo da pastelaria 'Vanan', ou mesmo nas ditas centralidades? É um desastre!

Mas pensa que s técnicos também não se fazem sentir?

Eu sou um deles.



Mário Mijangos © VE

Entrevista

Continuação da página 5

"O sector das águas devia estar separado da energia porque está muito atrasado. Nesta lógica, teríamos um Ministério das Águas e Saneamento", defende o engenheiro.



Sente-se marginalizado?

Começo a sentir-me incompreendido, mas sou fruto de uma bolsa de estudo do Estado. Só terminei o curso, porque gosto de saneamento. Mas note que os poucos quadros formados a esse nível, desanimados, preferiram trabalhar em outras instituições como petrolíferas, só para citar esse exemplo. Decidi dar continuidade ao que gosto de fazer e, por isso, investi na formação de técnicos em hidráulica para pô-los à disposição do país. Mas caminho para a reforma e também ficarei por cima do muro.

Voltemos à questão financeira. Admite que a construção do Rio Luanda implicaria investimentos avultados, certo?

Os custos não são mais do que as despesas que temos tido. E os ganhos estão numa melhor saúde pública, num maior desenvolvimento industrial, e numa maior felicidade das pessoas. O Rio Luanda já existe. O traçado já existe e termina no Kikuxi. A ocupação dos terrenos é que o desvirtuou. Então, nós queremos aumentar as suas 'performances', para servir de reserva de água, porque Luanda está a crescer muito. E não podemos sempre que precisamos de água na baixa ir buscá-la ao Kikuxi. Isso não é possível.

E quanto isso custa?

Digamos que seriam deslocadas cerca de oito mil casas, para as quais se gastaria, com o reassentamento das famílias, 500 milhões de dóla-

res. Outros 500 milhões de dólares seriam para a construção do rio. Mas deixe-me dar mais um exemplo. Luanda não tinha energia. Era um caos. O que o ministério de tutela fez foi construir as barragens no Rio Kwanza. Mas de Malanje ou Cambambe (Kwanza-Norte) para Luanda chega apenas energia bruta, porque os postos de transformação e distribuição estão aqui. Com a água, o processo é mais ou menos similar, ou seja, trazer água bruta à disposição nos bairros. Se surgir uma fábrica hoje vai buscar energia no cabo de alta tensão, não de baixa. Só que quando construímos estações de tratamento de água na periferia, e depois vamos colocar tubos para levar água, se de repente for

erguido um novo prédio alto, o tubo que traz água já não terá capacidade de o abastecer.

Daí ser tratado como rio...

Precisamente! Estamos a chamá-lo por rio e não canal por causa da dimensão que pretendemos e a discussão está aberta porque ainda não concluímos o projecto. Hoje, o canal do Kikuxi debita 450 mil metros cúbicos de água por dia. Queremos chegar até um milhão de metros cúbicos de água por dia. Além disso, queremos construir o 'Luanda', em forma de reservatórios para acumular três milhões de metros cúbicos de água. De resto, reitero que o rio pode servir para o turismo, para fazer praias. Se surgir uma proposta neste sentido,

não vamos cimentar em determinado troço, dependendo do tipo de solos e da envolvente. O rio pode servir de parque natural; aí criamos mata, ou ainda para embelezamento da cidade. São, portanto, 'ene' valências. Precisamos de falar com as entidades para darem a sua contribuição.

O que falta para esse diálogo com o Governo?

Algumas entidades têm-nos recebido.

E qual tem sido a resposta?

A maior dificuldade que temos no nosso trato é mesmo o sector das águas.

Refere-se ao Ministério da Energia e Águas?

Estou em crer que algumas entidades poderiam dar um contributo maior, mas estão apreensivas, porque o Ministério que devia ser o nosso trampolim de apoio é o que mais costas nos dá. Mas também não tem solução e nunca haverá, enquanto não estruturamos o saneamento e este, por sua vez, não se vai estruturar, enquanto não tivermos um corpo hídrico de grande dimensão, onde possamos encaixar água rapidamente.

Hoje, na Europa, em função das mudanças climáticas, está a chover mais do que o previsto. Imagine que aconteça o mesmo aqui, em Angola. Será um caos. Logo, a função do rio é mesmo essa: evitar que as águas atinjam a baixa e ao mesmo tempo insuflar desenvolvimento. Nota-se, infelizmente, que se está a dar maior privilégio à construção de edificações do que de infraestruturas. Muitas vezes, chamei a atenção que determinados viadutos em Viana estavam a fechar linhas de água.

Foi ouvido?

Não. E, como resultado, temos o Zango 0 na condição em que se encontra.

Como está?

Acha que ali, naqueles prédios, há qualidade de vida? Quando os edifícios estão num ponto alto, mas não têm por onde escoar. É um grande problema.

Foram construídas bacias de retenção de águas fecais com processos de tratamento?

Aí é onde reside o problema: estas bacias foram mal pensadas e construídas.

“O sector das águas devia estar separado da energia porque está muito atrasado. Nesta lógica, teríamos um Ministério das Águas e Saneamento.”

Como devia ser?

Temos o Decreto Presidencial 261. Diz que as águas fecais não devem ser depositadas em centros urbanos. Mas infelizmente é o que está a acontecer. Como é que um depósito de águas fecais é colocado no meio de casas? Então o que deve haver é um projecto de tratamento de águas de esgoto. Em determinadas centralidades, como a do Kilamba, até existem. Será que funcionam? Não! Portanto, do nosso ponto de vista como técnicos, não passa só pela construção do Rio Luanda, mas pela oportunidade para discutir a problemática do saneamento básico. Se não servir para nós pelo menos estruturamos para que sirva às futuras gerações.

Mas o rio Cambamba também é parte do canal do Kikuxi e, além da água das chuvas, recebe a dos esgotos?

Isto acontece quando a sociedade não tem leis de protecção do ambiente, porque não há normas. O esgoto começa a ser tratado lá onde é produzido. Nos próprios edifícios, devíamos ter pontos de tratamento de águas residuais antes de serem colectadas para outros corpos maiores, onde também pode sofrer outra transformação e se possível ser reaproveitada para vários fins. Não podemos transformar o Kilamba nisto?

O que lhe parece?

Estamos a demorar muito a pensar. Está a ver ali no Vitória Garden, na via expressa, aquela água putrefacta? As pessoas usam esta água bruta dos esgotos que não se sabe se é da lavagem dos mortos e então estamos a consumir o tomate e a couve que vem dali sem sabermos da composição química. É um atentado à saúde pública.

O instituto tem quantos formados?

Este é o segundo ano com finalistas. No primeiro, tivemos 60 finalistas, neste segundo ano não fugimos muito deste número. O curso médio tem duração de cinco anos, mas os alunos adquirem valências para o autoemprego. Temos alunos que foram requisitados por algumas universidades, incluindo a UAN por causa do nosso perfil. Assim eles acabam por dar continuidade à sua formação. Mais ainda somos a única escola ligada ao saneamento básico em Angola, porém, a minha felicidade seria se a escola estivesse cheia, mas não.

Se nós queremos realmente desenvolver a cidade, temos de refundá-la. Começando pela estruturação do saneamento básico.

Os técnicos observam as coisas a andar, mas não intervêm. O próprio Estado perdeu autoridade. Podemos ver um cidadão a construir no meio da estrada e, às vezes, o administrador acha que o problema não é dele, que a resolução tem de vir de cima.

Porquê?

Os pais não se sentem bem a mandar para aqui os seus filhos, porque acham que não dá lucro. Não há motivação, porque as empresas do saneamento básico não funcionam. Logo, quem deve olhar para nós é o sector público. Se não tivermos indivíduos virados para a área ambiental, a qualidade de vida vai-se degradando, por falta de normas e legislação adequada. É já um pandemónio. A área do ambiente é muito importante e transversal, porque até a construção de estradas tem sido feita aleatoriamente e a requalificação urbana tem sido feita sem regras. Daí o motivo do nosso caos. É preciso respeitar a topografia e o estudo da hidrologia. Quando esquecemos isso, tor-

namos os assentamentos humanos em autênticos depósitos de água. Aliás, na maior parte da cidade de Luanda a estrada é construída ao nível da janela, fechando as linhas de água. Por não ter escapatória, acaba por inundar a casa do cidadão.

Teremos o metro de superfície numa cidade com problemas de saneamento...

Estou de acordo. Gosto destas grandes obras, mas uma atenção: não temos espaço estruturado de forma a garantir que o metro circule à vontade. No período chuvoso, como é que vou sair da minha casa aqui e apanhar o metro ali se tudo fica inundado? Primeiro, temos de pensar na macrodrenagem para não perigar o que pretendemos pôr à superfície.

Não há vontade de se fazer bem as coisas?

Quem se aproveita hoje da água do Kikuxi são os chineses, que montaram aí uma série de fábricas de engarrafamento de água mineral. Tem de haver leis que proíbam a utilização da água bruta, mas, para isso, é preciso dar alternativas. Porque a lei diz que temos de ter estações de tratamento de águas brutas e tem de haver fiscalização ambiental.

Mas há falhas na aplicação dos instrutivos...

Esse é o problema. Há pessoas, com determinadas posições, que querem falar em nome dos outros daquilo que não sabem.

Ou seja, o arquitecto idealiza, mas precisa que o engenheiro hidráulico estruture. Aqui, por falta de especialistas, pensamos que um indivíduo por ser engenheiro ou doutor sabe tudo, quando não é bem assim. Digo mesmo que o sector das águas está extremamente atrasado. É mais fácil, no âmbito do Ministério, formar técnicos em energia, mas, quanto às águas, não formamos ninguém. Por isso é que o sector das águas está limitado, por falta de pensamento. Como é que vamos crescer se há indivíduos que acham que o nosso pensamento do Rio Luanda é uma loucura? Não posso fazer irrigação com água potável, porque esta tem cloro que pode prejudicar as plantas. No meu ver, o sector das águas devia estar separado da energia porque está muito atrasado. Nesta lógica, teríamos um Ministério das Águas e Saneamento.

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...



Assinaturas:

assinaturas@gem.co.ao
comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792

Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

Economia/Política

NO PRIMEIRO SEMESTRE

Exportações dos três blocos mais produtivos recuam 17%, mas receitas aumentam 23%

PETRÓLEO. Blocos exportaram 126 milhões de barris nos primeiros seis meses em conjunto. Em sentido inverso, receitas fiscais oriundas dos três blocos passaram de 1,235.2 para 1,619.7 bilhões de kwanzas.



Por César Silveira

As exportações petrolíferas dos três blocos mais produtivos do país recuaram 17,2%, no primeiro semestre, face ao período homólogo, passando de cerca de 153 para 126 milhões de barris, enquanto as exportações globais recuaram 15%.

No Bloco 17, o mais produtivo do país, o recuo foi de 11,6%, passando de cerca de 77 para 68 milhões de barris, aproximadamente menos 8,9 milhões de

barris. A quebra, no entanto, é inferior se comparada ao recuo das exportações anuais dos últimos três anos.

Entre 2017 e 2019, as exportações deste bloco recuaram 31%, passando de 219.690.792, em 2017, para 151.542.261 barris, em 2019. No que diz respeito a variações anuais, entre 2018 e 2019, a redução foi de cerca de 22,7%. A tendência manteve-se em relação a 2020 face 2019 com a redução de 11,6%, passando de 151.542.261 para 133.891.531 barris.

Por outro lado, as exportações do Bloco 32 recuaram 22,7%. No primeiro semestre de 2021, o segundo bloco que mais contribuiu para as exportações do país vendeu 30.216.955 contra

39.122.319 de barris do período homólogo. Se os níveis de exportações deste bloco se mantiverem no segundo semestre do ano, a redução fixar-se-á em cerca de 9%, face aos 66.271.086 barris exportados em 2020.

Encerra a lista dos três maiores exportadores o bloco 15, operado pela ExxonMobil. Nos primeiros seis meses, partiram deste bloco 28.482.27 barris, um recuo de cerca de 22,9% ou menos 8.501.206 barris, face aos 36.983.481 barris exportados no período homólogo. Em termos anuais, entre 2017 e 2020, as exportações deste bloco recuaram 53,2%, passando dos 103.893.065 para os 67.797.586 barris.

Esta tendência decrescente

da produção e das exportações que, de resto, se verifica em grande parte dos blocos petrolíferos, deve ser interrompida entre 2022 e 2023, segundo estimativas de quadros seniores da Agência Nacional de Petróleo e Gás, suportadas nos trabalhos que devem iniciar, sobretudo, nos blocos 17 e 32.

RECEITAS SÓ SOMAM

Contrariamente às exportações, o somatório das receitas fiscais provenientes destes três blocos aumentou cerca de 23,7%, passando de 1,235.2 para 1,619.7 bilhões de kwanzas. A maior variação registou-se nas receitas fiscais do bloco 32, ao passarem de 192.672.792.295 para 335.456.744.633 de kwanzas, um

crescimento de 74%. As receitas dos blocos 15 e 17 cresceram, respectivamente, 24% para 449.814.010.550 e 22,7% para 834.451.442.679 de kwanzas.

A tendência crescente das receitas fiscais petrolíferas regista-se desde 2017, antes de ser interrompida em 2020, quando caíram 6% face a 2019, fixando-se em mais de 3,750 bilhões de kwanzas. Em 2017, por exemplo, terminaram em 1.615.728.233.132 contra os 1.308.255.047.008 de kwanzas de 2016, um aumento de 23,5%. Em 2018, as receitas registaram um aumento de quase 100%, para os 3,331 bilhões de kwanzas. Um novo aumento fixou as receitas em 4,023 bilhões de kwanzas em 2019.

O SINDICATO NACIONAL dos Empregados Bancários de Angola (SNEBA) lançou uma campanha para a recolha de assinaturas, com o objectivo de institucionalização do 14 de Agosto, como o dia do trabalhador bancário angolano.



Mário Milagres © VE

EMPRESÁRIOS NÃO VÊM MELHORIAS EM DOIS ANOS

Vistos continuam a ser uma 'dor de cabeça'

TURISMO. Empresários garantem ainda sentir dificuldades na obtenção de vistos para quem queira investir em Angola. Criticam consulados e os preços. SME desvaloriza as críticas.

Por Mateus Mateus

Passados dois anos da publicação oficial da lista de 68 países com os quais Angola assinou acordos de facilitação e isenção de vistos, operadores do turismo garantem não sentir ainda o impacto destas medidas.

Ramiro Barreiro, presidente da Associação dos Hotéis

e Resorts de Angola (AHRA), culpa os consulados por "não responderem positivamente à facilitação dos vistos, criando muitas dificuldades". Mas não é apenas isso. Para o empresário, os vistos "são muito caros" e lembra que a AHRA já sugeriu que "não fossem superiores a 30 ou 50 dólares".

Ramiro Barreiro refere que um dos grandes ganhos com a assinatura dos acordos foi a possibilidade de solicitação de vistos online, de modo que aconselha os consulados a melhorarem os serviços que "dificultam os

50

Dólares, valor máximo para o custo de emissão de visto sugerido pela AHRA.

turistas de virem para Angola".

Barreiro reconhece, no entanto, que Angola "ainda não é um destino turístico para os países emissores de turismo mundial", por isso pede que sejam criadas políticas "mais atrac-

tivas e competitivas" para se estar ao nível dos grandes destinos turísticos mundiais e particularmente de África, em que destacam países como o Quênia, Botsuana, Zâmbia, África do Sul, Zimbábue, Tanzânia e Madagáscar. "Precisamos urgentemente de ter uma política que faça com que os turistas venham para Angola, promover o turismo nacional se quisermos diversificar a economia e ter turismo forte e permitir que os turistas venham. E não precisamos de parar em Luanda, porque as [outras] províncias têm

capacidade e potencial para os receber", insiste.

Ramiro Barreiro não tem dúvidas de que o sector "é dos mais afectados pela pandemia", por limitar a mobilidade, somando "perdas consideráveis". Sem detalhar números, o responsável da AHRA garante que muitos associados se viram obrigados a encerrar portas dos estabelecimentos para evitar gastos fixos, uma vez que não beneficiam de incentivos financeiros nem de perdão fiscal.

"SEM IMPACTO NA ECONOMIA"

O presidente da Associação Industrial de Angola (AIA) concorda que o decreto "não teve impacto relevante na economia", por isso o assunto voltou a ser tratado no encontro da CPLP. Por outro lado, José Severino acredita que talvez tenha melhorado no tratamento de vistos dos expatriados residentes. "O nosso ambiente de negócios é muito mau e os empresários querem saber de incentivos fiscais, como podem ter financiamento pelos bancos locais, que garantias têm para a transferência de dividendos", assinala. "Na área industrial, há sectores que já não têm problemas com os cidadãos que vêm trabalhar para cá", admite.

José Severino considera que só quem tem dupla nacionalidade, em especial a angolana e portuguesa, tem facilidades, porque Portugal tem livre circulação em muitos países.

Simão Milagres, director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa (GCII) do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME), desvaloriza as dificuldades, lembrando que "todas as medidas tomadas foram de consenso". E defende que Angola é dos países com os preços dos vistos mais baixos, apesar dos custos para o Estado.

Sem precisar números, Simão Milagres garante que, depois da aprovação do decreto de facilitação e isenção de vistos com 68 países, a plataforma, criada para a solicitação dos vistos online, registava inúmeros pedidos de turistas e investidores privados interessados em vir para Angola. Com o aligeirar da situação pandémica, já voltaram a registar mais solicitações, segundo sublinha.

Economia/Política

Santos Sammesca © VE



Especialistas reprovam particularmente os viadutos do Cazenga e da Samba.

PROJECTOS NÃO RESOLVEM PROBLEMA DA MOBILIDADE

Engenheiros chumbam construção de 40 viadutos em Luanda

INFRA-ESTRUTURAS. Governo prevê construção de 40 viadutos em Luanda, mas apenas nove foram concluídos por culpa da crise. Projectos suscitam, no entanto, críticas dos experientes engenheiros William Paulo e António Venâncio. Ambos sugerem desinvestimento nestas infra-estruturas.

Por Guilherme Francisco

Dois experientes engenheiros ligados à construção civil são contra a construção de 40 viadutos na capital, sem a elaboração prévia de um estudo aturado de engenharia de tráfego.

William Paulo e António Venâncio argumentam que as infra-estruturas em nada ajudam na mobilidade na capital cada vez mais afunilada.

“A resolução do problema de mobilidade na nossa capital Luanda não passa meramente pela construção de 10, 40 ou 100 viadutos. Antes de mais, temos de estar conscientes de que o processo de resolução dos problemas de mobilidade da cidade é evolutivo, as soluções

de hoje poderão não se enquadrar com as necessidades de uma Luanda do futuro. Entretanto, há formas e técnicas de se prever o crescimento demográfico expectável bem como o parque automóvel associado”, refere William Paulo.

O engenheiro repara, questionando a utilidade dos viadutos se as vias continuam a ser “as mesmas construídas há 50 anos, com a capacidade reduzida de acomodação de veículos”, como

é o caso da via que liga a vila de Viana e o Zango.

António Venâncio, por sua vez, vai mais longe ao sugerir desinvestimento nestas infra-estruturas por serem inviáveis à mobilidade urbana que se pretende. Recomenda, entretanto, a aposta na construção de auto-estradas em Luanda e no resto do país. “Não é tão profícuo investir fortemente em mobilidade urbana localizada, quando não existe uma mobilidade rodo-

viária nacional operacionalizada com boas estradas de muito bom nível. A nossa mobilidade rodoviária nacional actual não confere com as exigências da cidade de Luanda, que já está na ordem dos 10 milhões de habitantes”, nota.

Dos 40 viadutos a contruir dentro do Programa Especial de Obras Públicas para a Cidade de Luanda (PEOPL), conforme dava conta em 2019 o ministro das Obras Públicas e Ordenamento

O GOVERNO e o Fundo Monetário Internacional preveem, para os próximos tempos, dar início às discussões sobre o Orçamento Geral de Estado de 2022.



do Território, Manuel Tavares de Almeida, só nove foram concluídos devido à crise. Deste número, os engenheiros chumbam, de forma particular, os do Cazenga e da Samba.

António Venâncio, por exemplo, não entende a construção da infra-estrutura do Cazenga visto que trabalha de forma isolada. “O viaduto do Cazenga não resolve nenhum problema de mobilidade, pelo contrário, pode complicar. Se não for associado a outros nós rodoviários, este viaduto é um empecilho para o tráfego, saneamento e drenagem das águas”, alerta.

A mesma crítica é feita por William Paulo ao viaduto da Samba. O engenheiro não percebe efectivamente o benefício da infra-estrutura. “Será o mesmo parte integrante da nova via da marginal a ser construída, conforme anunciado há anos? Será que, no actual contexto caracterizado por uma crise financeira profunda, o projecto da nova marginal será levado a cabo? A nossa economia hoje não tem espaço para comportar projectos desta envergadura. Porquê se fazer uma secção do projecto sem finalidade nenhuma se os outros 90% estão em risco de não serem implementados?”, questiona.

Em sentido inverso, sugere que o que tinha de ser feito na Samba é investir no estado do tapete asfáltico, iluminação da via, sinalização horizontal e vertical, gastos que teriam “maior utilidade ao cidadão”, ao contrário do que está a ser feito. “O Ministério das Obras Públicas precisa de adoptar uma postura de maior clareza, abertura e audição pública no que toca à implementação dos diversos projectos. O cidadão que paga os seus impostos, que directa ou indirectamente contribuem para a construção destes projectos públicos, precisa de compreender o que vai ser feito, como vai ser feito, qual é o impacto positivo que vai ter na sua vida, quanto tempo vai demorar, quanto vai custar, quem vai construir”, chama a atenção.

Questionado pelo *Valor Económico*, há mais de um mês sobre o assunto, o ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território não respondeu. Até ao momento, não se sabe o custo dos 40 viadutos ou ainda o investimento nos nove concluídos e nos outros três em fase de construção.

ATRIBUIÇÃO DE LICENÇAS ENTRE AS PREOCUPAÇÕES

Madeireiros defendem que sector está aquém das expectativas

RECURSOS FLORESTAIS. Líder dos madeireiros reconhece trabalho do Ministério que tutela as florestas, mas questiona o processo de atribuição de licenças.

O presidente da Associação Nacional dos Industriais e Madeireiros de Angola (Anima), José Veríssimo, sente que o trabalho do Ministério da Agricultura e Pescas (Minagrip) em melhorar e estabilizar o sector ainda está muito aquém das expectativas dos operadores.

Veríssimo aponta o processo “crucial” de licenciamento para notar que, embora este ano algumas licenças tenham sido concedidas antes do início da campanha florestal”, ainda não gera o necessário “conforto”, referindo que o “esquema” continua. “Quantas empresas beneficiaram deste esforço do órgão reitor? Em contraponto, quantas empresas até hoje ainda não foram atendidas? E se isto ocorre desta maneira, não temos de culpar apenas a direcção cen-

tral do órgão emissor das licenças. Sabemos que há muitos problemas a nível dos órgãos locais, isto é, nas províncias, de onde partem os processos. E porque é que isto acontece? Porque não há alinhamento entre os vários intervenientes na cadeia e, isto, infelizmente, apenas prejudica em primeira instância, os empresários florestais e, por arrasto, toda a economia do país”.

O Governo anunciou, em Maio, a atribuição das primeiras licenças às principais empresas de exploração de madeira, entretanto, não especificadas. As dificuldades no financiamento de projectos, porque apenas “atingem quem transforma”, representam um dos grandes desafios da Anima. E José Veríssimo diz mesmo que “o sector está numa situação estacionária”, agravada pela pandemia.

Ao lado dos constrangimentos, o empresário vê, entre-

tanto, o futuro com “alguma esperança”, considerando que “o objectivo principal é ajudar as autoridades a gizarem políticas consentâneas visando tirar vantagens na exploração desses recursos de forma sustentável”.

Dados do 1.º Inventário Florestal Nacional de 2017 indicam que o país tem um potencial florestal estimado em 70 milhões de hectares de floresta nativa, o que representa 55,6% do território nacional.

Não existe ainda uma caracterização profunda do nosso manancial madeireiro, mas estudos globais apontam que os recursos florestais são complexos e têm “mil utilidades”, servindo de lar de cerca de 80% das espécies de anfíbios, 75% das aves, 68% dos mamíferos e uma fonte inestimável para a subsistência de cerca de 2,4 mil milhões de pessoas em todo o planeta.

Por Júlio Gomes



O país tem um potencial florestal estimado em 70 milhões de hectares de floresta nativa.

Crise trava obras

No passado mês de Junho, Manuel Tavares de Almeida, numa visita a obras estruturantes na cidade de Luanda, justificou a paralisação das obras do viaduto da UGP com a crise financeira. E avançou que a situação da obra, orçada em 55,4 milhões de dólares, seria ultrapassada, mas, até ao momento, tudo se mantém na mesma.

Quanto ao viaduto da Samba (Corimba), a obra orçada em 41,3 milhões de dólares não parou, porque o empreiteiro é responsável pelos encargos financeiros. O mesmo não se pode dizer do viaduto do Novo Aeroporto, cujas obras estão no 'para arranca' há muito tempo.

Mercados & Negócios



GOVERNO ATIRA RESPONSABILIDADE À ENTIDADE GESTORA

Lojas Nosso Super estão a encerrar em Luanda

COMÉRCIO. Ministério afirma desconhecer o encerramento das lojas. Funcionários dizem-se apreensivos com o futuro. Rede de supermercados enfrenta escassez de produtos em quase todas as lojas.

Por Isabel Dinis

O Grupo Zahara, que gere a cadeia de supermercados públicos Nosso Super, está a encerrar lojas em Luanda e em algumas províncias há mais de uma semana.

De acordo com informações recolhidas pelo *Valor Económico*, em Luanda, já foram encerrados quatro estabelecimentos localizados no Zamba, Cacuaco, Sambizanga e Viana. As lojas ficam encerradas ao público, mas os funcionários ainda continuam a trabalhar até ao dia 15 deste mês. Posteriormente, deverão ser dispensados com a promessa do gestor de serem futuramente reenquadrados. “Não temos muita esperança nisso. Estamos com receios. É o nosso trabalho. Há muito descontentamento e

como está tudo ainda tememos que outras lojas encerrem também”, confidenciou um funcionário de uma das lojas que não quis ser identificado.

GOVERNO DESCONHECE
O Ministério do Comércio e Indústria garantiu ao *Valor Económico* que desconhece o encerramento destas lojas. Em resposta ao jornal, o Ministério limita-se a explicar que os estabelecimentos do Nosso Super são “geridos por uma entidade gestora, cujo contrato está em vigência e vai até Janeiro de 2022”. “Esta entidade é responsável pela gestão integrada de todas as lojas da rede Nosso Super e o contrato não prevê o encerramento de parte das lojas”, lembra, garantindo que o Mindcom “não recebeu qualquer informação nesse sentido”.

Algumas mercadorias das lojas encerradas estão a ser levadas para as que ainda se encontram abertas. E, segundo apurou

32

Lojas, espalhadas pelo país, compõem a rede Nosso Super.

este jornal, após o encerramento das lojas, alguns funcionários recorreram aos ministérios do Comércio e Indústria e da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social. Como resposta, obtiveram um pedido que mantivessem a “calma” e foram informados de que não estavam despedidos, mas suspensos.

Em Junho, uma reportagem deste jornal sobre a situação das lojas, geridas pelo Grupo Zahara, evidenciava a falta de tudo um pouco, incluindo de clientes. Havia áreas cobertas para disfarçar a falta de produtos, geleiras vazias e grandes espaços deso-

cupados também faziam parte do dia-a-dia das lojas.

Em declarações ao *Valor Económico*, o Governo garantia, em Novembro do ano passado, que estas lojas iriam também passar para a gestão privada em data a anunciar.

A cadeia Nosso Super integra o Programa de Reestruturação do Sistema de Logística e de Distribuição de Produtos Essenciais à População (Presild), lançado em 2007, e que tinha como objectivo modernizar a rede comercial e criar novas oportunidades de negócios e de emprego. A rede tem 32 lojas espalhadas pelo país, mas nem todas se encontram abertas.

O contrato de gestão e exploração da rede Nosso Super, pelo grupo Zahara, entrou em vigor em Janeiro de 2016. A parceria surgiu numa altura em que alguns órgãos de comunicação davam conta de despedimentos por parte do Nosso Super e de falta de produtos nas prateleiras.

A DAMER GRÁFICAS, a CIF Cement, a CIF SGS Automóveis, a CIF Lowenda Cervejas, e a CIF Logística constam da lista de apreensão do Serviço Nacional de Recuperação de Activos que o Presidente João Lourenço submete, em decreto 182/21, à privatização até Dezembro de 2022.

ESTIMATIVAS ACTUAIS APONTAM APENAS PARA 1%

Câmara de seguros quer taxa de penetração nos 4%

SECTOR SEGURADOR. Novo órgão nos seguros e fundos de pensões é criado esta semana e quer focar-se na educação das famílias. Regulador já questionou competências da Capsa.

Por Pedro Nvakata

Definindo-se como uma associação sem fins lucrativos que junta profissionais de todas as seguradoras e funcionários das sociedades gestoras de fundos e pensões, a câmara deverá centrar-se em acções de formação sobre o sector e espera criar parcerias com universidades, institutos e centros de formações. “Queremos ajudar o nosso regulador e o mercado e colocar a nossa pedra neste sector segurador”, ressalta Gabriel Cangueza, membro da comissão instaladora da Capsa. “Hoje temos visto pessoas a perderem empregos, pais de famílias a morrerem prematuramente e, como não têm nem fundo de pensões, os dependentes ficam completamente desprovidos de recursos para dar continuidade à vida”, observa Cangueza.

Além de um presidente e de

MEMORIZE

● **Dados oficiais** que datam de 2018 indicam que, além de mais de duas dezenas de seguradoras, o sector conta com 81 mediadores de pessoas colectivas e 776 mediadores de pessoas singulares.

vários vogais, a câmara contará, entre os órgãos sociais, com uma assembleia-geral e mais de 20 secretários nacionais de variadas áreas, com destaque para os seguros, fundos e pensões e actuariados, análises de risco e sinistralidade e contabilidade e finanças.

Recentemente, a Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (Arseg) confrontou a Capsa por esta se ter conferido, no seus estatutos, a

Gabriel Cangueza, membro da comissão instaladora da Capsa.



EMPRESA REAGE

BNA adverte Xtagiarious

O Banco Nacional de Angola advertiu, esta segunda-feira, 02, a empresa Xtagiarious Finance que não está autorizada a exercer qualquer actividade financeira passível de regulação.

Dirigindo directamente o apelo aos promotores da empresa no sentido de se absterem de práticas puníveis por lei, o BNA precisa, em comunicado, que a Xtagiarious Finance não está licenciada para prestar serviços de captação de depósitos, de aplicações monetárias e de pagamentos, considerados reservas das instituições financeiras.

No entanto, em reacção ao comunicado do BNA, a empresa diz-se surpreendida uma vez que gere aplicações financeiras pelo menos desde 2013.

Ao *Valor Económico*, Edson Oliveira, director-geral da Xtagiarious, garante que a empresa reuniu com o BNA, esta terça-feira, sem, no entanto, avançar as conclusões do encontro.

A empresa diz-se vítima de “boicote” e “perseguição”, sobretudo, pelos “ataques” que tem sofrido nas redes sociais, associando-a a alegadas burlas a clientes.

Oliveira desmente, por outro lado, que o negócio que gere se trate de uma pirâmide financeira. “Tivemos bancos que firmaram parceria conosco justamente porque viram o que nós fazemos, é muito negócio”, declara.

Sobre os atrasos verificados na entrega do investimento dos clientes, a empresa afirma que se deve ao novo sistema financeiro instalado.

Por outro lado, a CMC e o BNA alertam os investidores a não apostarem no negócio de criptomoedas promovido pela plataforma camaronesa Liyeplimal pelo facto de não se encontrar legalmente habilitada para realizar publicidade ou prospecção de clientes, dirigidas à celebração de contratos de intermediação financeira.

competência de atribuir títulos e de regulamentar a actividade dos profissionais de seguros e de fundos de pensões. Na qualidade de regulador, a Arseg fez questão de anunciar publicamente que estas são suas competências exclusivas.

Questionado sobre a possibilidade de haver nova colisão de ideias, Gabriel Cangueza defendeu que iniciativas do género devem ser exaltadas e não questionadas porque, no seu entender, as questões de literacias não podem nem devem merecer protagonismo de nenhuma organização, por ser um trabalho colectivo. “Nós, como uma associação de profissionais, não queremos chocar com os interesses do regulador. Estamos para ajudá-lo a criar mecanismos que proporcionem o crescimento do mercado e isto deve ser motivo de exaltação”, refere.

Dados oficiais que datam de 2018 indicam que, além de mais de duas dezenas de seguradoras, o sector conta com 81 mediadores de pessoas colectivas e 776 mediadores de pessoas singulares.

Com os olhos postos na elevação da taxa de penetração do seguro de 1% para os 4%, está previsto o lançamento, nesta quinta, 5, da Câmara dos Profissionais de Seguros e Fundos de Pensões de Angola (Capsa), uma iniciativa que cruza com as celebrações do Dia Nacional de Seguros e Fundos de Pensões.

Mercados & Negócios

RESPONSABILIDADE DA BODIVA

Bancos não promovem conta custódia

BOLSA. Abertura da conta é uma das exigências para a participação no mercado de títulos. Bodiva entende que, apesar de os bancos não terem uma obrigação por lei, deveriam participar na divulgação da conta.



Por César Silveira

Os bancos comerciais não contribuem para a promoção da conta custódia, reduzindo a probabilidade de os clientes particulares participarem directamente no mercado de títulos da Bodiva.

O facto é visível, por exemplo, nas páginas oficiais das diversas

instituições. A conta custódia não aparece no leque das contas apresentadas pelos bancos em que constam, por exemplo, a 'conta à ordem', a 'conta salário' ou a 'conta Bankita'.

Contactadas pelo Valor Económico, diversas instituições, como o BIC, BFA, BAI, SOL e BPC, argumentam que a promoção da conta é da responsabilidade da Bodiva.

Natália de Jesus, coordenadora do departamento de liquidação e custódia da Bodiva, confirma o argumento dos bancos, reconhecendo ser respon-

sabilidade directa da Bodiva a promoção da conta, o que tem ocorrido por "diversos canais", sobretudo pelas "diversas plataformas digitais".

No entanto, Natália de Jesus defende que "os bancos também poderiam divulgar estas contas internamente". Sobre as prováveis razões que levam os bancos a não promoverem estas contas, cita a competitividade. "Os bancos oferecem uma certa taxa pelos depósitos a prazo, mas os investimentos a título garantem taxas mais atractivas", argumentou, acrescentando existirem

gestores bancários que desconhecem a conta custódia.

Para Natália de Jesus, enquanto instituição intermediária, a Bodiva pouco pode fazer para alterar o quadro, estimando existirem 21 mil contas abertas, considerando "muito inferior face ao número de contas à ordem existentes".

Contactada, a Comissão de Mercado de Capitais, por sua vez, não respondeu.

A conta custódia é uma das exigências anexadas pela Central de Valores Mobiliários de Angola (Cevama-Bodiva),

durante o processo de inscrição de guarda de activos, no qual as acções, os títulos e outros bens são mantidos e actualizados por terceiros, em nome do seu titular, sendo que os valores convertidos podem ser levantados junto ao banco comercial associado à conta do investidor.

Natália de Jesus explica que a participação no mercado de título, através da conta custódia, permite às autoridades identificar o investidor, o que não é possível quando participam através de uma conta geral em que são aplicados todos os títulos.

RESULTADOS DE 2020

Produção da Imprensa Nacional recua 56%

A produção da Imprensa Nacional registou uma redução de 56% em 2020, passando de mais de 5,862 milhões de mil unidades para 2,566 milhões.

Em termos de produtos, contribuíram significativa-

mente para a redução a queda em 100% da produção de livros e de selos. Em 2019, a empresa produziu 61.100 cadernos escolares, além de pouco mais de 1,4 milhões de selos.

A produção de Diários da República foi o que mais contribuiu para que o 'descalabro' não fosse maior, registando-se

um crescimento de 35%, para 18.198 unidades. A produção de blocos e de documentos académicos também cresceu 8% e 2%, respectivamente.

O Governo foi um dos clientes que contribuiu para a quebra na produção, ao não encomendar, como era expectável, a produção de seis milhões de livros

escolares que seriam produzidos na fábrica do livro do Cazenga.

Na referida unidade, cuja capacidade anual é de seis milhões de livros, foram produzidos pouco menos de 599.622 itens, destacando-se 300 mil cédulas e 71.750 capas de processos.

VENDAS FRUSTRADAS

Por outro lado, a empresa dá conta que as vendas reduziram 9% face a 2019, passando de pouco mais de 2,8 mil milhões de kwanzas para 2,6 milhões.

No entanto, a expectativa da empresa fixava as vendas em 12,2 mil milhões de kwanzas, meta frustrada por uma combinação de factores, em que se destacam a não produção dos seis milhões de livros escolares, os efeitos da covid-19 e ainda a "existência de alguma resistência de determinados organismos públicos em contratar os serviços" da empresa.

No período em análise, o lucro da empresa cresceu 78,65%, fixando-se em 75,971.8 milhões de kwanzas.



OS NOVOS PLANOS DE NET CHEGARAM!



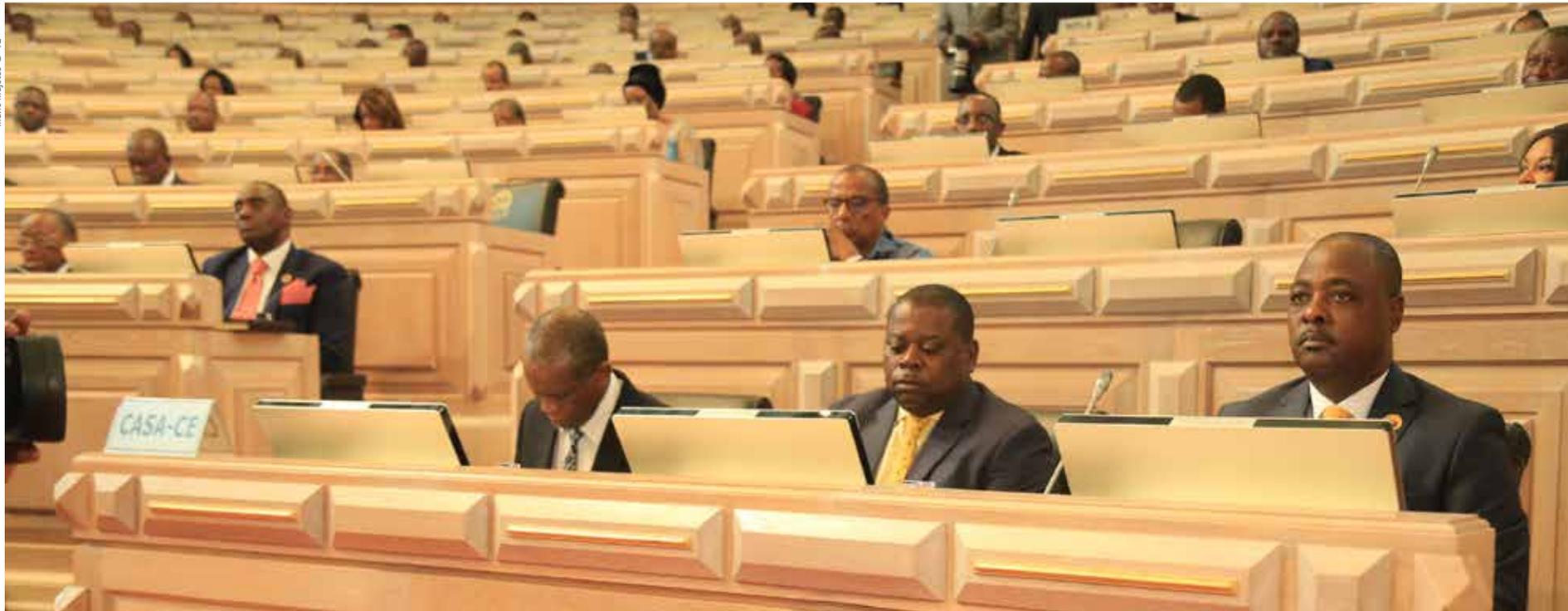
	PREÇO	VOLUME	VALIDADE
PLANO SEMESTRAL	70.000 KZ	100 GB	180 DIAS
PLANO ANUAL	130.000 KZ	200 GB	365 DIAS

ACTIVA O TEU PLANO NO MULTICAIXA EXPRESS OU INTERNET BANKING.
PODES ACTIVAR TAMBÉM NUMA LOJA OU AGENTE UNITEL.

Liga *111#
www.unitel.ao



DE JURE



INICIATIVA DA CASA-CE

Parlamento suspende discussão do projecto de lei

LEGISLAÇÃO. Discussão, na especialidade, do projecto de lei sobre a participação dos cidadãos no processo legislativo, foi suspensa pelas comissões especializadas da Assembleia Nacional.

Por Redacção

De iniciativa da Casa-CE, o projecto de lei carece de melhoria e, segundo o presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos da Assembleia Nacional, Reis Júnior, foi já criado um grupo de trabalho, composto pelos deputados relatores Diamantino Mussokola e David Mendes para o efeito.

Para os reajustes que se impõem ao referido projecto, com 24 arti-

gos, o proponente será auxiliado pelos deputados relatores e por técnicos das primeira e décima comissões de trabalho especializadas do Parlamento.

Para o MPLA, o objecto principal do documento proposto pela coligação “não está suficientemente claro”. O deputado João Pinto entende que as questões de natureza da iniciativa dos cidadãos não podem abarcar leis orgânicas e de revisão constitucional, porque “as leis orgânicas tratam de matérias relativas aos órgãos de soberania e entidades constitucionais”. “Uma lei orgânica tem consequências imediatas no Orçamento Geral do Estado (OGE) e na estrutura do funcionamento do Estado”, apontou.

A posição de Pinto foi reforçado pelo seu colega de bancada, o deputado António Paulo, que reforça que, se ideia é dar ao cidadão e aos grupos representativos a possibilidade de fazer chegar à Assembleia Nacional sugestões, não é correcto basear-se numa lei que dá aos cidadãos iniciativa legislativa, sublinhando não ser este o caminho a seguir à luz da Constituição angolana”.

Por seu turno, em relação à designação do projecto de lei, a deputada da Unita Mihaela Webba considera “importante” respeitar o que está consagrado na Constituição da República e sugeriu que o diploma passasse a ser designado ‘Projecto de Lei

sobre as propostas de Projectos de iniciativa Legislativa’.

Para a Casa-CE, o projecto visa estender a latitude que Angola tem e deve ter para o processo legislativo, partindo do princípio “que o legislador não consegue legislar em todas as matérias, essencialmente relevantes, que carecem de regulação”.

O líder do grupo parlamentar da coligação, o deputado Alexandre Sebastião André, defende que “o projecto representa um passo em frente para a participação dos cidadãos no processo legislativo”, acrescentando que “precisamos de partir do princípio que o legislador não pode, humanamente, legislar sobre

todas as matérias, razão pela qual o nosso grupo parlamentar apresentou este projecto de Lei”.

A Constituição da República estabelece que a iniciativa legislativa pode ser exercida pelos deputados, grupos parlamentares e pelo Presidente da República.

De acordo com a Constituição, os cidadãos organizados em grupos e organizações representativas podem apresentar à Assembleia Nacional propostas de projectos de iniciativa legislativa, nos termos a definir por lei, pelo que tal forma de participação dos cidadãos no processo legislativo poderá ser definida com a iniciativa da Casa-CE, desde que aprovada pelo Parlamento.

DO CAFEZINHO À SOPA, PASSANDO PELAS LUVAS E POR CARPAS

A 'gasosa' à volta do mundo

CORRUPÇÃO. Quando se pede uma 'gasosa' já se sabe do que se trata. É um angolano a sugerir um suborno. O termo domina os negócios ilícitos e tornou-se popular sobretudo para definir a pequena corrupção. Mas o uso de metáfora, nestes casos, não é um exclusivo angolano. 'Café quente', 'sopa', 'propina', 'taça de vinho', 'mordida', 'serra' são expressões para pagar 'luvas' ou pôr 'debaixo da mesa'.



por fora, é visto como um reforço na economia caseira. Daí o recurso à gíria gastronómica. Em Kinhasa, cobra-se "feijão para crianças", mas verdadeiramente popular é a "sopa" que se pede na Turquia, uma "chorba parasi", normalmente uma mistura que serve para curar uma bebedeira.

Além da sopa, os turcos recorrem muito ao... peixe. E de uma forma inusitada. "Peixe começa a feder pela cabeça" quer dizer "gasosa". Serve para descrever alta corrupção em que os turcos, nos últimos tempos, se tornaram verdadeiros especialistas. Na República Checa e na Eslováquia, o peixe entra no cardápio das expressões populares, por força de um escândalo no futebol que usou linguagem codificada. Mas não é um peixe qualquer. É uma pequena carpa.

Um escândalo de corrupção, em 2010, transformou, na Hungria, uma caixa de telemóvel Nokia no símbolo do suborno. Hoje, falar em "caixa da Nokia" significa pagamento extra. Tudo porque o líder de uma companhia de transportes foi apanhado a dar dinheiro, numa caixa da Nokia, ao presidente da câmara de Budapeste. Rivaliza hoje com a expressão "dinheiro oleoso".

Em Itália, uma 'tangente' é uma 'gasosa'. O favorecimento do governo a determinadas empresas privadas em contratos públicos resultou na expressão "tangenpoli", ou seja, cidade das 'gasosas'. Também um caso de corrupção no Reino Unido universalizou a expressão 'cash for questions'. Deputados britânicos receberam dinheiro para fazer perguntas específicas. Um dos resultados foi ter enriquecido a definição de corrupção.

Os eufemismos europeus resultaram em "luvas", usadas em Portugal, "debaixo da mesa", preferida por franceses, suecos e ainda iranianos, "propinas" ou "dieta", na linguagem castelhana de Espanha. Já os 'irmãos' da Colômbia preferem "serrucho", enquanto os mexicanos optam pela 'mordida', termo usado há mais de 100 anos e introduzido pela polícia.

Numa outra realidade, o Azerbaijão usa o 'hurmat' (respeito) ou 'fazer um favor' que também é utilizado em muitos locais, como na China, que acrescenta um "pequeno símbolo de gratidão". Na Polónia, é corrente oferecer-se "pequenas coisas" a "conhecidos", enquanto os russos pedem para se "colocar um obrigado no bolso" ou ainda "na palma da mão".

Por Emídio Fernando

2,6 triliões de dólares anuais, em média, o que representa mais de 5% do PIB (Produto Interno Bruto) de todo o mundo.

O fenómeno, sendo universal, exige uma linguagem própria, com gíria e expressões também próprias, para toda a gente se fazer entender sem usar a palavra "corrupção" ou "suborno". E essa língua própria varia de país para país e até difere do impacto social que causa.

Por exemplo, no Brasil, sempre rico na imaginação, os estudiosos da língua encontraram 56 significados, em todo o país, para a 'gasosa'. Entre elas, as populares camarilha, mensalão, marquetagem, gorjeta, cervejinha, cala-boca, propina, cafezinho. Aliás, o café, sem se saber muito bem porquê, é um dos favoritos na eleição da metáfora para a corrupção. Ao lado do chá, por influência do muito comércio em que estão que envolvidos a

China e os países árabes em que o líquido extraído de folhas é altamente apreciado. Assim, pode-se pedir "dinheiro para o chá" no Afeganistão, Irão, Paquistão, China, Jordânia, Síria, Tunísia, Líbia e em todo o Norte de África. O Quénia acrescenta-lhe um "chá dos mais velhos" O "cafezinho" é popular no Brasil e, em Angola e em mui-

tos países africanos, há ainda um "café forte".

As bebidas parecem ser inspiradoras para se engolir melhor o pequeno suborno. Fazendo jus à sofisticação, os parisienses exigem "uma taça de vinho", enquanto na Costa do Marfim se fica por "uma pequena bebida".

O suborno, ou o pagamento

Todos os anos, a Organização das Nações Unidas (ONU) divulga números sobre a corrupção, concluindo que, em média, movimenta anualmente mais de um trilião de dólares só em 'gasosas'. O mesmo é dizer, dependendo do país ou da região, é usado um trilião de dólares para se pagar 'um café forte' ou ainda uma "taça de vinho" se o pagamento for feito em Paris.

Estes valores são relativos apenas à pequena corrupção – ou à 'gasosa' – porque, quando se trata da grande corrupção, aumenta o número de zeros: por ano, consome

(In)formalizando



Os preços dos trespases variam consoante a tipologia do apartamento, entre outros critérios.

EM ALEGADO CONLUIO COM FUNCIONÁRIOS DO FFH

Trespases ilegais persistem nas centralidades do país

IMOBILIÁRIO. Contratos de transferência de titularidade de imóveis nas centralidades construídas pelo Estado são celebrados por inquilinos, sem condições de continuar a pagar a renda resolúvel, com o auxílio de funcionários do Fundo de Fomento Habitacional (FFH), revelam intermediários. FFH nega conivência, no entanto não descarta reconhecimento dos contratos pelo cartório.

Por Guilherme Francisco

Moradores das centralidades do Kilamba, Sequele, Vida Pacífica e da recém-inaugurada Zango 8.000, em regime de renda resolúvel, continuam a efectuar transferência de titularidade, ou seja, venda de apartamentos. A justificação é a mesma: falta de condições para continuarem a cumprir com os pagamentos em decorrência da crise financeira e do desemprego.

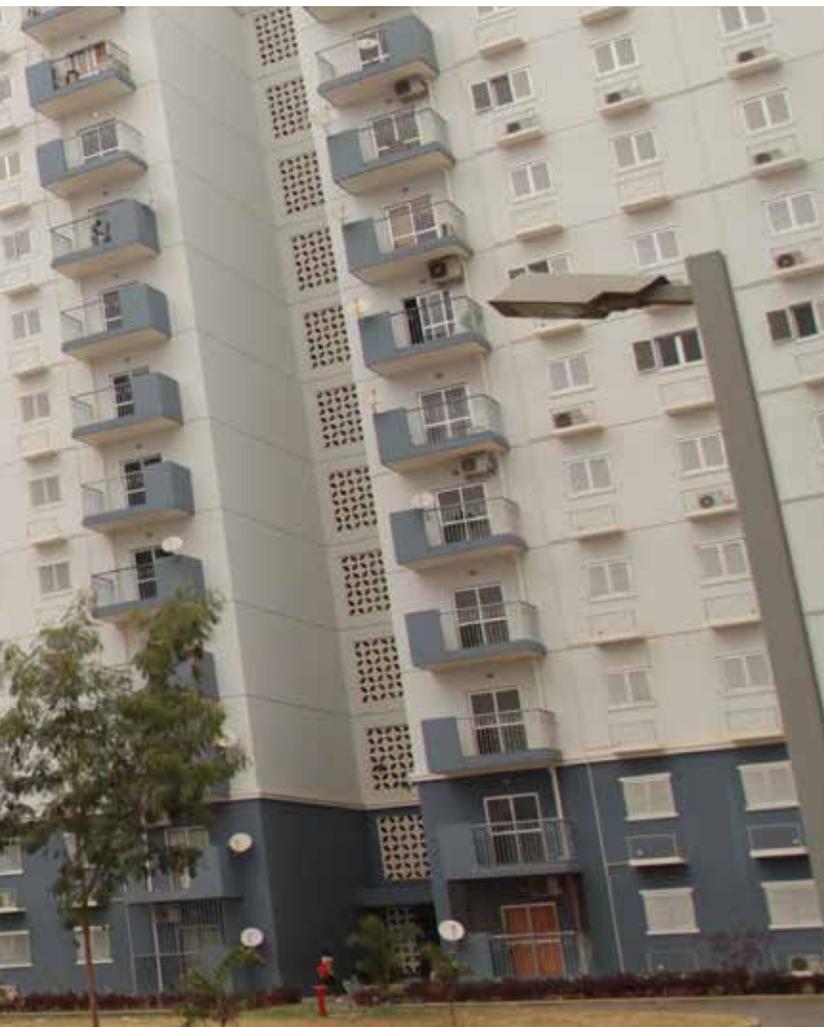
Preços de trespase na tipologia T3 com remodelações, segundo intermediários	
Kilamba	20 milhões (sem ou com menos de seis meses de renda paga) 25 milhões (com meio da renda paga)
KK5000	14.500 milhões (sem ou com menos de seis meses de renda paga) 16 milhões (com meio da renda paga)
Sequele	12.500 milhões
Vida Pacífica	16 milhões
Zango 8000	5.700 a 11 milhões

A divulgação e publicidade são feitas integralmente nas páginas de redes sociais e sites de venda de imóveis. Há quem prefira deixar a venda a cuidado de imobiliárias, inclusive registadas e associadas à Apima.

Segundo quatro intermediários,

cujos nomes são reservados, consultados pelo **Valor Económico**, é uma prática reiterada desde 2015, período em que se acentuou por conta da crise financeira. Em semanas “boas”, chegam a fechar entre quatro e cinco contratos de transferência de titularidade com

A TERCEIRA EDIÇÃO da feira do bombó, realizada nos dias 31 de julho à 02 de agosto, na província do Moxico, município de Camanongue, permitiu um encaixe de 11,233 milhões de Kwanzas.



a devida boa-fé do cartório. Apesar de se tratar de uma prática ilegal, visto que os moradores só podem fazê-lo com liquidação total do imóvel, revelam que têm recebido facilitação de funcionários do Fundo de Fomento Habitacional (FFH) e do Cartório.

“Acontece nas vistas de todos, é um esquema que se consegue fazer. É um mercado muito concorrido, também há os malfeitores, o pessoal do Fundo é que facilita”, revela a intermediária, salientando que, em questão de desconfiança do comprador, “vão ao Fundo saber se houve pagamento”.

Uma outra intermediária confidencia que, em situações em que o negócio é fechado ao sábado ou domingo, funcionários do Fundo “correm” à instituição para “tirarem informações.” “É do conhecimento de todos”, insiste.

“Os prazos de pagamento são de 20 a 30 anos, as centralidades não têm estes anos. Muitos não conseguem manter os imóveis, uns querem abandonar o país, não sabem se vão fechar, outros estão sem condições financeiras”, justifica, defendendo a criação de mecanismos que possibilitem os inquilinos sem condições de pagar os imóveis a transferir a titularidade a quem está habilitado a fazê-lo, já que, na

50 por cento em dívida

Diversos empresários no ramo do imobiliário têm defendido insistentemente e desaconselhado o Estado a construir centralidades. Em vez disso, criar condições para que os privados o façam no sentido de evitar perdas de investimento e o que consideram concorrência desleal. De acordo com os dados do princípio deste ano do FFH, os inquilinos das 23 centralidades espalhadas pelo país devem ao Estado acima de 2,5 mil milhões de dólares. A centralidade do Kilamba lidera a lista dos ‘kilapeiros’, com 50% dos moradores a não pagar renda, alguns apenas fizeram o pagamento da entrada.

ausência de um instrumento, procuram fazer o que bem entendem.

Neste esquema, existem moradores que nunca fizeram qualquer pagamento da renda. Estes acabam por fazer a passagem de titularidade a preços mais reduzidos, mesmo se o apartamento tenha sofrido bem-feitoria.

FFH NEGA ENVOLVIMENTO

Em reacção às acusações, o porta-voz do Fundo de Fomento Habitacional, Valdir Sousa, nega “categoricamente” o envolvimento de funcionários na facilitação de transferência de titularidade, mas reconhece a existência de “actos ilegais” dos vários inquilinos do Estado. O FFH não recusa, entretanto, que os contratos sejam reconhecidos no cartório.

“Muitos não fazem na modalidade trespasse, criam outro artifício, porque, na base de dados, não sai o nome do primeiro beneficiário. Este só sai após o pagamento total do imóvel”, observa, explicando que os contratos são passíveis de nulidade. “Quem fizer trespasse do imóvel e disser que o cartório assume o novo ente há uma ilegalidade do próprio cartório. Pode haver nulidade do contrato,” adverte a direcção do Fundo.

DISTRAÇÃO DO ESTADO FACILITA ILEGALIDADES

A realização persistente à luz do dia destes contratos ilegais é, no entender do jurista Aldmiro Quintas, sinal de clara “distracção do Estado” em controlar os imóveis de forma eficiente. “Parece-me que o Estado não cumpriu cabalmente com as suas obrigações de criar um mecanismo de controlo ou sistema de venda eficaz que permita a monitorização de todos os imóveis ao seu alcance, de modo a não permitir que o promitente-comprador faça o trespasse a terceiros”, repara, esclarecendo que o reconhecimento da figura do trespasse pelo notário não confere valor jurídico-legal à aquisição do imóvel. “Até porque as cláusulas contratuais são claras quanto a isso. Logo, o locatário, ao fazer isso, estará a agir de má-fé, pelo que o locador (Estado) pode anular o contrato celebrado entre as partes, alegando vício”.

Por outro lado, face à incapacidade de pagamento dos moradores, o jurista sugere ao Estado, na qualidade de ente de bem, a abrir mão à negociação sendo que o acesso à habitação é um direito constitucional. “O Estado pode anular o contrato com esses promitentes-compradores ou encontrar uma outra forma para negociar as dívidas, prestações em mora, uma vez que as falhas constantes decorrem da excessiva burocracia das instituições estatais, salvo raras excepções, por falhas de mecanismo de controlo eficiente”, sentencia.

Taça Cheia

Todos os sábados,
às 19:00,
com
Sebastião Vemba

96.1 fm

Rádio Essencial

Opiniões



António Vieira,
ex-director da
Cobalt Angola

Após várias semanas de reflexão sobre a minha sugestão de se suspender o ensino público de base por um ano a fim de se treinarem os professores e, deste modo, melhorá-lo, eis que surge agora a suspensão de alguns sectores do ensino superior. Afinal de contas, alguém com “poder” e, quiçá, obrigação teve a coragem de pôr o dedo na ferida. Ou melhor, pôs o dedo no arranhão mais acima evitando a ferida que se está a transformar em gangrena mais em baixo. Na base sobre a qual normalmente se sustenta e a partir da qual cresce.

Na edição de 22 de Junho, eu propus que se encerrasse o ensino primário por um ano. Durante esse período, um curso intensivo e focado na melhoria da qualidade do ensino primário e, em particular, dos professores seria levado a efeito numa forma intensiva e acelerada. Provavelmente, de forma “coerciva”. Essa proposta veria ainda a melhoria das instalações, das condições salariais dos professores e profissionais de educação, para além de afastar a influência política que hoje infecta o nosso ensino. Para além de tudo isso, melhorar-se-iam as instalações de todas as formas necessárias. E far-se-iam muitas mais salas de aulas para que ninguém ficasse fora da escola. Como é óbvio, houve alguma conversa de corredor e pequenos estrebuches como é hábito entre nós, mas nada aconteceu na direcção ora sugerida. Houve as conversas de sempre e as quais a sociedade já se habituou, porém nada de concreto.

Um antigo companheiro de escola foi directo na sua crítica quando se referiu à repetibilidade do meu parecer, comparando-me a um catequista e definindo-o como “uma metáfora de alguém que fala muito sobre uma estética, uma política, hábitos alimentares ou convicções em geral”. Disse ainda na sua análise que “o catequista é invasivo, emite opiniões não solicitadas e prega a sua posição”. Mais adiante,



Mário Mujetes © VE

Melhorar a Educação em Angola

Há Incompetência Ministerial?

fez-me ainda lembrar serem meus os princípios e que como tal serviriam para mim, aconselhando-me a não atormentar ninguém com o seguinte conselho: “Cuida da tua vida e [sê] feliz. Não concordas com alguém? Não sigas essa pessoa. Simples e básico. Tem um bom dia e uma boa vida”.

Esse meu amigo esqueceu-se que não é para mim que quero uma boa vida, porque boa vida eu tenho. Muito boa mesmo. E quiçá não se apercebeu que, para a ter, eu não precisei de me ajoelhar perante nenhuma ideia ou ideal político. Nunca bajulei ninguém, nem qualquer partido político. A arrogância dos políticos e a servitude da nossa política, sirvo-as na sanduiche do meu desprezo à política por eles praticada, a qual em 45 anos ainda não me causou qualquer indigestão. Afinal de contas, é essa política de “aprendizes de feiticeiros” que me faz estar preocupado com o nosso ensino. Com o ensino de base que afinal de contas todos nós sabemos estar mal, o que piora tudo pelo dever de ser a nossa base social, a formação preliminar do

homem novo que todos ambicionamos. Quero que se nivele a nossa sociedade por cima e não por baixo. Se defender uma avenida para a solução do marasmo em que se encontra o nosso ensino é ser catequista, então sou catequista.

Após a suspensão de certas áreas de formação do nosso ensino, sem que especificamente tivesse coragem para pontualmente anunciar as razões fundamentais, o secretário de Estado da educação deveria ser frontal com os seus superiores e pedir-lhes que se definissem. Afinal de contas o problema que se vive no ensino superior é nada mais nada menos que o fruto da fragilidade do ensino de base. É sem margens para dúvidas um bom princípio, mas nunca será eficiente se os futuros candidatos à formação superior continuarem a ter o mesmo nível deficiente. Se continuarem a ser deficientes no uso da nossa língua veicular. Se, como disse há dias uma autoridade do nosso ensino superior, continuarem a não saber ler. Se, apesar de

lerem, não compreendem e como tal não executam o texto. Se continuarmos sem hábitos de leitura.

O secretário de Estado deu o pontapé de saída. Será que foi à revelia? Se for este o caso, é um bom princípio, porém não é suficiente. E se por qualquer razão não poder ir mais longe na sua tentativa de pôr a máquina a funcionar, que se demita por uma questão de honra. Mostrou que conhece o problema e teve a coragem necessária para pôr a panela no fogão. Que se demita e o futuro não se esquecerá nunca dessa postura que certamente será muito convincente para além de qualquer benesse pessoal. Só que o campo de acção é muito mais vasto do que parece. O secretário de Estado tem um chefe que, ao não se pronunciar publicamente sobre a matéria, dá a impressão de não o apoiar. E isso é acima de tudo um sinal de fraqueza educativa, o que o coloca no rol da incompetência. E é aqui que esta matéria começa a pedir que se separe o trigo do joio. Que se demitam os incompetentes. Que se demita a ministra e toda a equipa que não consegue dar

andamento ao ensino. E caso não o faça, quer por ignorância, quer por falta de visão, ou simplesmente por conveniência político-partidária, é obrigação do chefe do executivo de o fazer. Os alarmes dos técnicos sérios, porque até há alguns que merecem o nosso respeito, tem soado junto aos ouvidos da nossa surdez governativa.

E o meu amigo que me chamou de catequista poderá argumentar que estou a ser extremista e invasivo, emitindo uma opinião não solicitada. Só que a frágil Constituição que alberga a nossa bandeira dá-me esse direito, impõe-me este dever como cidadão e cobra-me essa prestação. Que os “doutores” do nosso ensino deixem de colocar “band-aids” (vulgo, pensos rápidos) nos arranhões e que ataquem a ferida antes que ela se transforme em gangrena e se espalhe por todo o corpo. E porque a presente equipa governativa não é totalmente culpada pelo desastre do passado, que se penalize e culpabilize todos os que permitiram que o ensino caísse tão baixo. Todos os que de dentro do templo institucional do ensino o menosprezaram quando mandaram os seus rebentos para escolas privadas no exterior do país e, para os seus súbditos mais próximos, autorizaram a abertura de colégios de alto preço para manterem o povo fora da educação de que o país precisa.

Sr. General, o país precisa de actos de coragem. E nós até sabemos que o Sr. General tem os meios necessários para o fazer. Eu acredito que com uma postura firme neste momento irá certamente beneficiar do apoio imediato que precisa para combater de forma clarividente a corrupção, ela própria a maior violadora do sistema de educação. Os nossos filhos e netos, os filhos do nosso país agradecer-lhe-ão. Os pais, também. Para nós, os que esperamos pacientemente pela morte, partiremos em paz por termos reavivado o ideal independentista dos nossos antecessores e, sobretudo, por termos acendido a luz esperança até agora “propositadamente” apagada. Afinal de contas a melhor maneira de combater a corrupção é darmos aos nossos filhos uma educação digna de respeito para que eles não caiam nessa maldita teia e se posicionem de maneira a eliminar essa corrente de maus hábitos. Só assim iremos corrigir o que está mal e melhorar o que está bem. E quem ganhará é o povo. O futuro promete.

As crescentes preocupações sobre as alterações climáticas têm aumentado a sua importância e acelerado o ritmo do investimento das organizações nestas questões.

Como podem as empresas de energia prosperar no actual ambiente de transformação

INOVAÇÃO. Alterações climáticas e a recuperação da situação pandémica têm impulsionado a alteração estratégica de Longo Prazo nas empresas de Energia (Parte 1 de 3)



André Afonso,
Senior Manager
EY, Energy,
Assurance
Services

Os lockdowns covid-19, o colapso da actividade industrial e as proibições globais de circulação, em conjunto com a pressão incontornável relacionada com a transição energética resultaram num dos períodos de maior incerteza e de maiores oportunidades por explorar para as empresas de Energia.

A agilidade das empresas de Energia para reagir a alterações tecnológicas e oscilações abruptas da procura é hoje um elemento fundamental a considerar pelos seus executivos, os quais necessitam de

rever as suas prioridades estratégicas com maior frequência.

Ao mesmo tempo, a estratégia precisa agora, de se concentrar em todas os stakeholders e não apenas nos accionistas. Os concorrentes podem ser considerados como potenciais parceiros para prosperar num futuro incerto. Estas forças estão a mudar a forma como as empresas formulam e executam a estratégia. O inquérito EY Realizing Strategy, realizado a mais de 1.000 Directores Executivos, Directores Financeiros e outros executivos sobre o futuro da formulação da estratégia, mostra como (Parte 1).

1 – FORMULAR A ESTRATÉGIA VIRADA PARA SOCIEDADE

O inquérito revela que os executivos de empresas de Energia são os mais susceptíveis de considerar as questões ambientais e sociais (70% vs 56%), os fornecedores (69% vs 54%) e os aspectos regulatórios (66% vs 65%) como sendo tão ou mais importantes do que os accionistas. As crescentes preocupações

sobre as alterações climáticas têm aumentado a sua importância e acelerado o ritmo do investimento das organizações nestas questões. As empresas petrolíferas, ou de renováveis há muito que são desafiadas pelos investidores sobre o impactos das alterações climáticas nas organizações e a exposição ao risco. Com o custo das tecnologias de produção e de armazenamento de energia a continuar a diminuir, os clientes com poder de decisão consideram cada vez mais viável substituir o fornecimento através de empresas de energia tradicionais por soluções que passam pela auto-geração, armazenamento e venda da sua própria energia. Esta realidade de transformação no modelo de negócio da energia é uma oportunidade nunca antes vista de desenvolvimento das populações mais remotas, onde a auto-geração reduz a dependência das infra-estruturas de transporte comuns e de investimentos estruturantes muito dependentes da capacidade de financiamento dos estados.

O que os executivos de energia podem fazer:

- Expandir o foco da estratégia para todos os stakeholders, compreendendo o que as impulsiona, alinhando assim os seus modelos e estratégias de negócio;
- Aumentar os investimentos em tecnologias inovadoras para reduzir os impactos ambientais e modernizar as operações através da digitalização;
- Colaborar com os clientes para a gestão de recursos energéticos e com os governos para se adaptarem eficazmente às mudanças regulamentares.

Nas segunda e terceira parte do Artigo iremos apresentar factores como “Abraçar o ecossistema em mudança e cada vez mais cooperativo”; e “Velocidade Organizacional como elemento crítico de perseverança”.



Opiniões

E agora pergunto eu...



Geraldina Embaló
Directora-Geral
Adjunta

Esta semana, em vez do olhar superficial para a actualidade, talvez impressionada pelo livro que estou a ler agora e que recomendo por servir de bom lembrete que as “aparências aparudem”, vamos fazer diferente. O livro que estou a ler e que foi publicado este ano pela jornalista Michaela Wrong sobre um regime africano que correu mal, e que se desenrola em torno do assassinato do ex-chefe das secretas do Ruanda, só é um mau companheiro de cabeceira, porque efectivamente causa pesadelos... Os livros que têm essa capacidade quase mágica de sair da folha do papel, da tinta de impressão directamente para a nossa psique, para influenciar mentes muitas vezes décadas depois de terem sido escritos, os livros que têm essa capacidade de impressionar de marcar, seja positiva ou negativamente o nosso raciocínio são absolutamente um dos maiores prazeres reservados à humanidade.

Uma das imagens que mais me chocou naquela miséria que vimos recentemente na Africa do Sul, em que vimos a população em força roubar e assaltar, a destruir ecossistemas económicos inteiros, escudada num pretexto político qualquer - uma das imagens mais descritivas da miséria mental colectiva era a imagem de uma livraria intacta, num centro comercial cujas lojas tinham sido todas assaltadas. Havia também imagens com o mesmo nível de ironia social, imagens de sofás de luxo metidos em quintais de casas abarracadas que não cabiam dentro, havia eletrodomésticos novos em casebres sem electricidade, mas a imagem de uma livraria intocada ao lado de várias lojas, de roupa, de eletrodomésticos, de sapatos, com-

pletamente destruídas faz nos pensar no tanto que está mal de raiz com os sistemas de governação que temos e que geram estas populações. E não podemos deixar de pensar que temos entre nós o mesmo tipo de sistema.

Não é que em países como os EUA não aconteçam motins, acontecem, mas em bolsas em regiões mais desfavorecidas. Em países nórdicos do continente europeu em que as sociedades são mais igualitárias com níveis educacionais mais elevados, os motins com o intuito de roubar como o que vimos na ‘Sothi’ não acontecem porque as pessoas desprezam a noção de se tornarem ladras, associam o acto de roubar a um rebaixamento da sua própria condição. É essa estrutura de pensamento que nos faz falta, porque entre nós vigora a “lei d’o mundo é dos espertos”, mesmo quando vemos que o “espero só almoço não janta” como diz a nossa sabedoria popular. Nos países que olham para a esperteza imediatista com desprezo, as cadeias estão a fechar por falta de inquilinos, e esses devem ser o exemplo a seguir. E, claro, exemplos a seguir a outros níveis... sendo que um deles talvez um dos mais importantes é também o desprezo pela disciplina de pensamento. E esta disciplina que pode ter outros nomes mais ou menos poéticos como: pensamento único; ideologia colectiva; ou simplesmente ‘carneirada’, significa que um grupo impõe uma opinião a todos os seus membros e que não permite dissonância de discurso.

Esta descrição é a cartilha dos nossos partidos políticos. Mais evidente no partido no poder, em que o chefe se dá ao luxo de dizer publicamente que “mais nenhum membro do partido se pronuncia” sobre algum assunto e em que os membros do partido, pelo simples facto de serem perdidos a voz, e com ela muitas vezes até a capacidade crítica ao ponto de sufocarem a sua individualidade, mas não é mal exclusivo do partido no poder. Os partidos genericamente odeiam a individualidade porque sobrevivem de grupos, de “vivas” - da colectividade, mais do que da capacidade de pensar de cada um dos seus membros. E isso resulta em termos grandes



Os partidos genericamente odeiam a individualidade porque sobrevivem de grupos, de “vivas” - da colectividade, mais do que da capacidade de pensar de cada um dos seus membros.

figuras a fazer ‘figuras toscas’, em repetição de mantras partidários e vivaaas que destoam tanto com o seu nível de intelectualidade quanto os sofás de luxo nos quintais dos bairros de lata da Sothi... Entre nós, esse ódio do colectivo à capacidade crítica, esse sufoco da individualidade em prol do grupo é tão, tão visível, quanto são visíveis os seus danos ao tecido social. Temos como resultado uma sociedade em que esse repúdio ao pensamento individual é de tal ordem, que a camada intelectual, que devia ‘pensar país’, dinamizar políticas, criar soluções, anda amordaçada pelas lógicas de grupo partidário. Pensar pela própria cabeça, e dizer o que se pensou é tornar-se alvo de ataques e só a carneirada é recompensada.

O Valor Económico da semana passada escreveu sobre as consequências possivelmente nefastas

para a produção de conhecimento de um decreto que dita que os centros de estudo universitários passam a ter de receber autorização do ministério para funcionar, passam a ser subalternos ao ministério, que por sua vez é regido por um partido (desse de pensamento único). E penso não estar a cometer nenhuma inconflidência, se disser ao querido leitor que - apesar de não faltarem intelectuais contra essa medida - poucos foram os que quiseram fazer ouvir a sua voz de autoridade académica. E agora pergunto eu... como foi que mesmo para as cabeças mais pensantes que temos se tornou quase um acto de bravura o simples venturar de uma opinião contrária ao que quer que dite o partido, ainda que o ditado seja visivelmente idiota? Por que processos o espírito colectivo conseguiu amordaçar desta maneira a voz do pensamento crítico que académicos se furtam a falar da sua própria área de domínio subjugados ao poder político?

Três académicos de proa falam sobre a subalternização dos centros de investigação das universidades. Raúl Araújo, Alves da Rocha e Jonuel Gonsalves. Três possivelmente de vinte que poderiam ter falado, porque temos muitos académicos conscientes de que centros de investigação têm de estar o mais distante possível de partidarismos para poderem produzir conteúdo minimamente independente e de valor, se não só para manterem a higiene intelectual. Muitos desses académicos amordaçados sentem verdadeira repulsa pela ideia da interferência política na esfera da produção de saber (que deve ser o único intuito das universidades e particularmente dos centros de pesquisa). A ideia da interferência política nas esferas do saber é de facto repulsiva e a mesma que por exemplo torna uma instituição produtora de estatísticas - que servem de base de trabalho do mesmo governo que desenha as políticas que nos governam - numa piada sem graça e que não granjeia respeito científico nenhum.

Esta mordaça partidária faz com que por exemplo se vejam líderes políticos de proa do MPLA serem

ofendidos e ridicularizados pelo seu próprio partido quando este se propõe combater o líder da oposição fazendo recurso primeiro às duplas nacionalidades - que tantos membros do governo têm - e depois à clareza da pele como argumento de “falta de angolidade”. Um posicionamento verdadeiramente asqueroso e que os membros amordaçados do partido, muitos mais claros que o líder da oposição, tiveram de engolir calados, em nome da colectividade partidária que abomina a individualidade crítica. Não se ouviram membros de proa do partido condenarem aquela imundície de comunicado que o partido validou para atacar Adalberto da Costa Júnior.

É certo que este fenómeno infeliz é mais visível no grupo partidário no poder, mas pergunto-me se será capaz a nova oposição, a promessa que é a coligação dos partidos da oposição, de pôr um fim a esta lógica de colectivo que esmaga o pensamento crítico e tem os intelectuais amordaçados com medo de represálias por expressarem uma opinião contrária sobre qualquer tema de verdadeira importância para o país.

É um desafio enorme à espera de ser assumido.

O perigo desta carneirada de pensamento, é o de dogmas de pensamento único servirem para justificar o injustificável - atropelamentos das regras democráticas e até atrocidades.

Voltando ao livro que estou a ler, na passagem que me ficou a assombrar, o ex-chefe das secretas diz mecanicamente o seguinte para justificar um assassinato que o governo do Ruanda encomendou: - “não podíamos arriscar uma guerra popular civil popular então tínhamos de cortar-lhe a cabeça. A ideia era, em antecipação, decapitar aquela liderança com base na doutrina de que esse ataque tem de ser em preemptivo”. O ex-chefe de inteligência que estava a justificar um assassinato com a manutenção de uma liderança política, foi depois assassinado por essa liderança, exactamente com base no mesmo dogma.

E nós, que temos um país marcado pelas feridas profundas do 27 de Maio, que essencialmente generalizou essa ideia de que o pensamento dissonante é para abater sem perda de tempo e sem justiça, devíamos repelir qualquer mordida partidária seja de que partido for... E agora pergunto eu, será que aprendemos com a história?



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Sobre [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos teus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

Fotos [Ver tudo](#)



Raúl Araújo, director do Centro de Estudos de Direito Público e Ciências Jurídico-Políticas da UAN

O principal tema de capa da 269ª edição, a entrevista do professor jubilado da UAN, Raúl Araújo, que serviu de motte a um muito comentado editorial, foi um dos temas que mais animou os debates dos internautas na página de Facebook do Valor Económico numa edição que ultrapassou os 350 internautas alcançados e colheu perto de 40 mil interações.

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Gralhas e discussões personalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Gustavo Silva

De facto, foi estranho que pela Universidade Agostinho Neto tenha respondido, a Ministra. Como assim? Quem é o actual Reitor da Universidade Agostinho Neto? Pouco se ouve falar dele.



Domingos Conceição Teta Dembo

Gustavo Silva, o famigerado centralismo democrático ainda faz morada no mando arcaico das instituições em Angola, o reitor se se pronuncia na semana a seguir seria apeado do posto por isso a UAN devia regressar à óptica dos bons velhos tempos em que os reitores eram eleitos pelo senado da universidade agora essa de escolhas a contento da ministra do ensino superior é um embuste e deste modo retrai os reitores em fazer de acordo a academia mais sim em função da conveniência do pão.



Gustavo Silva

Domingos Conceição Teta Dembo é pena. Gerir assim a academia é um desastre. O conhecimento fica aprisionado. Enfim...



Domingos Conceição Teta Dembo

Por esses desvarios que debilitam a vontade de se fazer grandes e credíveis estudos universitários de Angola acoplados a complacência dos políticos e não ao conhecimento científico liberal do poder político, assim não se vai a lado nenhum só estagnação.



Domingas Julio

Quando as decisões vão a reboque de conflitos de interesse dá nisso que pena



Leonel Taveira

É assim, não se deve só olhar por um prisma, uma vez que, cada um quer ficar com a maior cereja do bolo, pois quem é ou foi Raul Araújo e quem é a Sambo. A Ministra só respondeu àquilo que lhe foi perguntado, bem que ela poderia passar pelo seu subalterno, mas tinha responder, ademais, desde 1900 e tal UAN investigou aquilo que estavam nas entrelinhas do antigo regime e, daí Raul ter muitas obras lançadas pelo Centro, enquanto decano ou vice-decano para área tal... Então se o ministério chegou à conclusão de que tem se investido milhões na investigação e que nenhum fruto se colhe, então é melhor extingui-lo.



Domingos Van

Leonel Taveira tá falando lixo. Vc leu a entrevista? O Sr. Raul Araújo alegou que os centros têm certa autonomia financeira. Resultado do seu trabalho. Não dependem tanto das universidades...



Ruth Kafala

Tudo atoa. Piorou



Fernando Leite Velho

A destruição sistemática de Angola como um País sério e com futuro hipotecado por incompetentes



Belas Letras Letras

Todo dirigente incompetente do MPLA é arrogante, como forma de esconder o seu excesso de burrice. Desde que entrou a ministra, não estamos a ver nenhuma melhoria, a não ser só desgraça ou destruição da própria instituição.



Denilson Stroskan Deni

Os políticos não podem decidir sobre os problemas da academia. Deixem os académicos resolverem os seus problemas.



Domingos Conceição Teta Dembo

Então deviam extinguir o ministério do ensino superior porque coarta as atribuições das reitorias ademais a área fulcral das ciências aplicadas originárias de trabalhos de pesquisas e investigação científica de casos reais e actuaentes do Angola ad hoc nunca existiram pelo menos não se tem observado publicações de realce, o ensino universitário de Angola é mesmo preocupante o day after dos licenciados tem sido um quebra galhos da vida académica.



Joel Caetano

Mais um ministério que deveria ser extinto do aparelho do estado...infelizmente, os ministérios em Angola só servem para enriquecer e dar status social alguns poucos fulano do MPLA.



Mateus Gil

Aqui tudo é política, tudo tem a ver com MPLA, já não se podem resolver nada sem esses olheiros.

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7

Covid-19



DESINFORMAÇÃO

YouTube suspende canal Sky News Austrália

O YouTube anunciou a suspensão por uma semana da Sky News Austrália da sua plataforma de partilha de vídeos devido a informações consideradas falsas sobre a covid-19.

A mudança surge na sequência de uma análise de vídeos enviados pelo canal de TV de propriedade do magnata Rupert Murdoch.

“Temos políticas claras estabelecidas sobre informações falsas sobre a covid-19 (...) para evitar a disseminação de informações falsas sobre o coronavírus que podem prejudicar o mundo real”, disse o YouTube em comunicado.

Com 1,86 milhões de assinantes no YouTube, o canal pertence a uma subsidiária do grupo de News Corp de Murdoch e, em alguns vídeos que coloca e que são amplamente partilhados nas redes sociais em todo o mundo, questiona a existência de uma pandemia e a efi-

cácia das vacinas.

Há três dias, o canal fez uma publicação na qual um apresentador, conhecido pela hostilidade às restrições de saúde, criticou a decisão das autoridades de estender o confinamento em Sydney.

A Sky News confirmou que foi temporariamente bloqueada pelo YouTube e um porta-voz afirmou que o canal “apoia discussões e debates sobre uma ampla variedade de tópicos e pontos de vista, o que é vital para qualquer democracia”.

“Levamos a sério o nosso compromisso de atender às expectativas da equipa editorial e da comunidade”, acrescentou. O YouTube tem três tipos de penalidades para violações: a primeira é uma suspensão de uma semana, depois duas semanas para uma ofensa recorrente em 90 dias e, finalmente, uma remoção permanente da plataforma.

VACINA NA ALEMANHA

Preparada dose de reforço para os mais vulneráveis

A Alemanha pondera administrar uma dose de reforço da vacina contra a covid-19 aos idosos e pessoas imunodeprimidas a partir de Setembro, avançou a AFP, citando um projecto do Ministério da Saúde alemão.

O plano, que prevê igualmente a recomendação da vacinação de crianças e adolescentes entre os 12 e os 17 anos, foi elaborado por funcionários do Ministério da Saúde e deve ser finalizado numa reunião agendada para esta segunda-feira entre o ministro Jens Spahn e os titulares da pasta da Saúde nos 16 estados regionais da Alemanha.

Em causa está o envio de equipas móveis de vacinação a estabelecimentos residenciais

para idosos para a administração de vacinas com a tecnologia mRNA, ou seja, Pfizer/BioNTech e Moderna, independentemente da vacina administrada anteriormente a estes utentes.

Os médicos poderão também dar uma dose de reforço aos idosos e pacientes com sistemas imunitários comprometidos.

Segundo o documento, alguns estudos recentes demonstraram a redução progressiva do nível de imunidade contra a covid-19 conferida pela vacinação, o que poderá colocar novamente em risco as pessoas mais vulneráveis.

Entretanto, milhares de pessoas protestaram nas ruas de Berlim, na Alemanha, contra

as medidas anti-pandemia do governo, apesar das proibições de aglomeramentos, levando a confrontos com a polícia e 500 detenções.

Mais de 2.000 polícias foram destacados para dissipar os manifestantes, segundo o departamento da polícia, que indicou terem sido “assediados e atacados”, e responderam com o uso de bastões e gases irritantes. A Alemanha aligeirou muitas das restrições em Maio, permitindo a reabertura aos restaurantes e bares, mas, muitas actividades, como refeições em espaços fechados e estadas em hotéis, necessitam de um certificado de vacinação completa ou um teste recente negativo ao novo coronavírus.



PARA SE VACINAREM

Reino Unido oferece incentivos aos jovens

Entre os incentivos dados pelo Reino Unido, para promover a vacinação entre os mais jovens, estão descontos em aplicações na entrega de comida ou de táxi. O anúncio foi feito pelo ministro da Saúde deste país, Sajid Javid. Numa nota de imprensa, Sajid Javid incentiva as pessoas entre os 18 e os 29 anos, mais relutantes em se vacinarem do que o resto da população adulta, a “aproveitarem esses descontos”

e lembrou que a vacina contra a covid-19 não só os protege a eles e os seus familiares, como permitirá que “voltem a fazer muitas das coisas” que foram retiradas. De acordo com o comunicado, aplicações de táxi, Uber e Bolt oferecerão descontos nos serviços ou até passagens gratuitas para os postos de vacinação, enquanto os jovens poderão comprar comida a preço reduzido no Deliveroo, Uber Eats ou Pizza

Pilgrim. O Ministério da Saúde, que montou postos de vacinação para jovens em galerias de arte e centros comerciais, escreveu que, nos próximos dias, serão revelados mais incentivos que podem incluir descontos em restaurantes ou entradas mais baratas em cinemas, teatros e festivais de música. Dados indicam que até 30 de Julho, 67% dos jovens entre 18 e 29 anos ainda não foram vacinados neste país.

MAIS DE UM ano depois, sem casos de transmissão local, Wuhan, cidade chinesa onde o vírus foi descoberto em 2019, voltou a ter infecções por Covid-19.



CABO VERDE

Oposição diz que pandemia aumentou vulnerabilidades

Os partidos políticos com assento no parlamento cabo-verdiano sublinharam os impactos da pandemia da covid-19 na economia do país, com o PAICV e a UCID a apontarem agravamento das vulnerabilidades e o MpD a enumerar investimentos.

As posições foram assumidas no parlamento durante o anual debate sobre o estado da Nação, o primeiro da nova legislatura, que foi aberto com o discurso do primeiro-ministro, Ulisses Correia e Silva.

Para o líder parlamentar do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV, oposição), João Batista Pereira, a pandemia da covid-19 afectou “largamente” a posição orça-

mento do país em 2020, com efeitos em diversas áreas e “consequências aterradoras” para as famílias.

“A pandemia expôs e ampliou as desigualdades em Cabo Verde”, considerou o deputado do maior partido da oposição cabo-verdiana, que apontou ainda o “impacto estrondoso” na educação e exortou o governo a elaborar, “o quanto antes possível”, um plano para ajudar os estudantes a recuperar o atraso acumulado ao longo deste período.

No sector dos transportes aéreos e marítimos, João Batista Pereira acusou o governo de ser “deliberadamente irresponsável”, por ter tomado “decisões erradas” e feito “maus negócios”.

O líder parlamentar do PAICV apontou ainda outros problemas no país, como o elevado défice habitacional, a elevada dívida pública, que deverá atingir os 158,6% do PIB em 2021, desarticulação entre o desenvolvimento do sector agrícola e o crescimento do turismo e partidarização da administração pública.

“A saúde da Nação, em 2021, inspira cuidados e apela à solidariedade de todos. O estado da Nação é, para nós, de grande incerteza e privação, mas também da intolerância, da opacidade, da dívida e do défice”, concluiu o porta-voz do maior partido da oposição cabo-verdiana.

APERTO DAS RESTRIÇÕES EM MOÇAMBIQUE

Patronato preocupado com impacto da pandemia

A Confederação das Associações Económicas de Moçambique – CTA manifestou-se preocupada com o impacto do agravamento das restrições face à covid-19 no país, considerando que as medidas vão limitar a máquina empresarial. “Estas medidas irão limitar, mais uma vez, o funcionamento da máquina empresarial, num momento de ausência de medidas de estímulos e apoio ao sector empresarial”, declarou Agostinho Vuma, presidente da CTA, a maior entidade patronal do país.

Aquele responsável falava em Maputo durante o ‘briefing’ sobre o desempenho empresarial do II trimestre e as perspectivas económicas.

Segundo a CTA, no primeiro trimestre do ano a actividade conheceu uma tímida recuperação, em resultado do alívio das medidas de contenção da propagação da pandemia da covid-19, a par do arranque da comercialização agrícola.

“O Índice de robustez empresarial melhorou de 28% para 29%, influenciado pela reanimação da actividade económica nos sectores da agricultura, hotelaria e restauração, comércio e serviços e transportes”, declarou Agostinho Vuma. Para o segundo trimestre, acrescentou, embora haja alterações regulatórias com impacto positivo na actividade empresarial, com destaque para a revogação das taxas de assistência e fiscalização nos postos fronteiriços, as perspectivas não são positivas.

“Esperamos que o desempenho empresarial retroceda, devido à retoma das medidas restritivas, recentemente anunciadas pelo Governo, em face ao surgimento da nova vaga de propagação da pandemia viral, a variante Delta”, frisou Vuma, acrescentando que a esperança está na campanha de vacinação que tem sido desenvolvida pelo executivo moçambicano.



Marcas & Estilos



Luxos lusos

O Poyal é o primeiro modelo que a companhia desenvolveu. Representa a melhor interpretação de um ténis minimalista e luxuoso. Um que pode usar para cima ou para baixo, combinado com os melhores materiais de alta qualidade que pode encontrar. Desenhado e feito à mão com cuidado em Portugal.



Sirva-se com precisão

Conheça o Stagg EKG, uma chaleira eléctrica que serve tão bem quanto parece. O bico de despejo de precisão e a alça contrabalançada fornecem o controlo máximo, assim como a chaleira de fogão original. Pode usar esta magia via Bluetooth.



RECREIO

Passeios exóticos

Se quiser explorar, mergulhe em lagoas claras e rasas ladeadas por golfinhos ou misteriosas embarcações naufragadas com paredes de coral arco-íris. Experimente a pesca em alto mar de Blue Marlin e Mahi Mahi ou caminhe até às montanhas. Nada mais exótico que as brisas perfumadas das Ilhas da Sociedade. O elegante Palmer & Johnson 150 Super Sport Vantage de 45,7 metros e o elegante navio irmão de 53,3 m Damen Ad-Vantage estão entre os iates de exploração mais queridos.

Este super-iate oferece uma escolha de acomodação flexível. Com um elevador de vidro entre os decks, sistema de entretenimento de última geração, jacuzzi e uma infinidade de brinquedos aquáticos.

AGENDA

LUANDA

6 DE AGOSTO

Lançamento do livro 'Gestão Autárquica - Autarquias locais em Angola, uma abordagem transversal', de autoria do professor Herlânder Lima, na Enapp - Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas. A partir das 16h30.

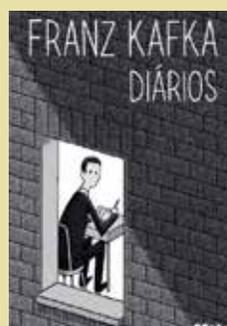
7 DE AGOSTO

Teatro musical infantil 'O Sonho de uma Borboleta', no Shopping Avenida Morro Bento, na sala 3 do ZAP Cinemas, com sessões das 09h30 às 11h00 e das 14h30 às 16h00. Ingressos a 3.500 kwanzas.

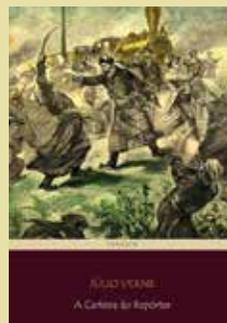
ATÉ 22 DE AGOSTO

Palasa Dance Company apresenta a segunda temporada do espectáculo de dança contemporânea 'Se Esses Pés Falassem', no Auditório Njinga Mbandi, Maculusso. Às 16h00.

LIVROS



TUDO O QUE NÃO é literatura me entedia e eu detesto, anota Franz Kafka em certo dia de 1913. A essa altura, o advogado judeu era funcionário de um instituto de seguros trabalhistas e começava a receber uma modesta atenção como o autor da novela O veredicto.



A CARTEIRA DO REPÓRTER - Cláudio Bombarnac, um repórter do jornal Twentieth Century, é enviado para cobrir uma viagem pela grande estrada de ferro chamada transasiática, que atravessa o Turquistão e a China.



TURISMO

Um piquenique na selva

As Granadinas são totalmente tropicais – de paisagens exuberantes a praias de veludo. Passe algum tempo explorando ancoradouros remotos e enseadas escondidas, para um piquenique na selva, saltando entre 30 ilhas de tirar o fôlego. Passeie por florestas tropicais verdejantes, onde bananeiras e coqueiros balançam com a brisa. Passe o tempo com a família nadando com tartarugas, tomando banho de sol nos bancos de areia e deixando a vida animar o tempo do Caribe. Aqui é exactamente onde melhor reúne uma mistura de família e amigos.

Educação & Tecnologia

“É NÓS!” – A CAMINHO DA QUINTA GERAÇÃO DA INTERNET (5G)

Uma reflexão sobre a advocacia da Huawei para o 5G em Angola



Celso Malavoloneke,
Sociólogo
da Comunicação

S e a 15 anos, em 2005, alguém dissesse que no nosso país poderíamos ter a internet nos celulares e comunicar com vozes e dados enquanto nos movimentávamos de um lado para o outro, diríamos logo que essa pessoa “não batia bem da cuca”. Lembro que, naquela altura, estávamos a habituar-nos aos telemóveis com agenda e o mais moderno que tínhamos eram mensagens SMS de não mais de 5 linhas... a internet ia ainda na segunda geração (2G) e só era acessível a computadores de mesa e portáteis por via de cabos.

Mesmo há cerca de 10 anos, dificilmente imaginaríamos que hoje baixaríamos livros de centenas de páginas, filmes de horas, músicas, etc., com rapidez e comodidade directamente para os nossos smartphones. Mais ainda se a isso se acrescentasse o facto de, com os avanços da telefonia celular a cobrir quase a totalidade das 164 sedes municipais do País isso seria possível a partir da maior parte do território nacional. É que, naquela altura, estávamos na fase da terceira geração da internet (3G) e, apesar de já existir o wireless-fidelity (também conhecido por wi-fi, o acesso à internet

sem fios) ainda era muito lenta. E muito cara também, só acessível a poucos, aqueles que tivessem mais possibilidades financeiras.

Hoje já estamos na quarta geração (4G). A internet é muito mais rápida e o acesso bem mais barato com a popularização dos telefones inteligentes (smartphones). Com as redes sociais, a comunicação democratizou-se quase totalmente entre a população alfabetizada, o que aumentou o nível da consciência cívica dos cidadãos através de um acesso sem precedentes à Informação e à Comunicação.

O nosso país também “se transformou numa aldeia global onde as pessoas estão separadas pela distância de um click” como disse o comunicólogo canadiano Marshall MacLuhan. Pessoas separadas por centenas e milhares de quilómetros conectam-se e comunicam-se instantaneamente através das redes sociais e criam bases de dados em tempo real. É o caso de um projecto de “planta-

ção de um milhão de árvores” dos escuteiros; criaram uma base de dados que é actualizada cada vez que um deles planta uma árvore, estando as estatísticas disponíveis em tempo real. O telefone celular transformou de um meio de comunicação de voz de pessoa a pessoa para um meio de comunicação massiva de dados e voz para um número ilimitado de pessoas. Tornou possível o slogan universal da prevenção da covid-19: Afastem-se e conectem-se...

As pessoas poderiam com isso dar-se por satisfeitas, mas não. E é aqui que entra um processo de advocacia protagonizado pela gigante de telecomunicações Huawei e que cria na mente as mesmas dúvidas de há 10 anos em relação aos avanços tecnológicos de hoje: a quinta geração da internet, a 5G. Ou, como também é conhecida, “a Quinta Revolução Industrial”.

E o que traz a 5G diferente da 4G? A internet 5G promete supe-

rar e muito as suas antecessoras. A sua proposta principal está atrelada com a internet das coisas, permitindo que automóveis, electrodomésticos e electroelectrónicos estejam ligados com essa nova rede e realizem as suas funções sem intervenção humana. Sendo a velocidade estimada da 5G de 10 a 20 vezes maior do que a de 4G, será possível a interacção com outros objectos de uma casa por exemplo. Enfim, uma espécie de casa fantasma. Portas que se abrem e se fecham sozinhas. Máquinas que fazem todo o trabalho sem intervenção de ninguém; lavam, estendem e passam roupa, lavam e arrumam a louça, fazem a limpeza toda, decidem o menu e preparam o almoço...

Imaginem um campo agrícola onde todas as operações são feitas por máquinas sem ninguém lá dentro. Ou um helicóptero que vai sozinho reparar uma avaria num cabo de alta tensão ou um troço estragado de uma estrada

ou linha férrea. Já agora, um arranha-céus construído inteiramente por máquinas, sem qualquer labor físico de qualquer ser humano. É isso a 5G, é isso a Quinta Revolução Industrial, e é isso que a Huawei com uma paciência digna dos chineses vem propondo a Angola e aos restantes países em desenvolvimento.

Num previsível contexto de cepticismo, ela traz evidências. Já construiu aeroportos completamente automáticos, sistemas de reparação de avarias de cabos de alta tensão que não precisam de intervenção braçal humana em todo o processo, fazendas em que toda a produção desde a preparação de terras à colheita e armazenamento é feita a partir de centros de comando servido por um pequeno número de operadores, o mesmo para minas, exploração de madeira, etc. Com a vantagem que, podendo trabalhar ininterruptamente, aumenta exponencialmente os níveis de produção. Num país como o nosso, muito vasto, pouca população e com uma enorme necessidade de diversificar a economia, alcançar a auto-suficiência em bens essenciais e atingir os patamares de desenvolvimento que os enormes recursos naturais lhe permitem sonhar, a solução proposta pela Huawei pode ser o atalho de que o país precisa para chegar mais rápido e de forma sustentável a esse desiderato.

A Huawei vende a tecnologia, ganha como empresa, dirão uns, é portanto parte interessada no processo. Ora bem! Para além de “não existir almoço grátis”, esse é claramente um negócio em que todos ganham. Ganha a Huawei, é claro, mas ganha o país no melhor lucro que pode almejar: o desenvolvimento.



Educação & Tecnologia



As PPP e o investimento no capital humano de Angola



Celso Malavoloneke,
Sociólogo
da Comunicação

S emanas após ter-se comprometido nesse sentido, a gigante de tecnologias de informação e comunicação Huawei realizou uma acção de capacitação em tecnologias de informação e comunicação de última geração aos técnicos do Serviço de Tecnologias de Informação e Comunicação (Setic) das Finanças Públicas, órgão do Ministério das Finanças cuja missão assenta em estabelecer normas e padrões para as infra-estruturas tecnológicas e o seu desenvolvimento. A acção de

treinamento foi encerrada a 22 de Julho corrente.

Tenho defendido que esta é a parceria público-privada (PPP como agora se diz) mais sustentável e com maior capacidade de pernas para andar: o investimento nos angolanos, principalmente nos jovens. Por dois entre vários motivos: o primeiro, porque aumenta no saber das novas gerações tornando-as assim mais competitivas num mundo cada vez mais “tecnologizado” e, segundo, porque isso permite aos quadros nacionais e ao país tornarem-se donos da tecnologia para lá do período da duração das parcerias. Aliás, o segredo do êxito da própria China, país de onde vem a Huawei é precisamente esse. O domínio local das tecnologias essenciais para o desenvolvimento do seu país.

Angola caminha rapidamente para a presença em todo o país da tecnologia da internet de quarta geração (4G). Com a globalização do conhecimento nada, mas nada mesmo impede que que, até

finais de 2022 a tecnologia 5G não esteja em uso no país, facilitando enormemente processos não só de informação e comunicação como a robótica, automatização e controlo remoto de acções mecânicas. É por isso que esse “push” para que os jovens estejam alinhados com essas tecnologias de ponta é extremamente estratégico para a Angola que queremos construir nas próximas décadas.

No que se refere especificamente ao Ministério das Finanças (Minfin), já são visíveis os efeitos positivos do uso acrescido e eficiente das TIC na vida dos cidadãos, sobretudo dos funcionários públicos, a maioria dos trabalhadores. Com a adopção e implementação da plataforma Sigfe (Sistema Integrado de Gestão das Finanças do Estado) através do qual todas as transacções das finanças públicas são feitas, acabaram-se os arrelia- dores atrasos dos salários, desvio de documentos e, principalmente, os desvios e descaminhos de fundos. Aliás, acontecimentos recen-

tes vieram precisamente mostrar se mais provas fossem necessárias que esses descaminhos só acontecem nos poucos sectores ainda não abrangidos pelo Sigfe. Dali que é, a todos os títulos, vantajoso que os quadros do Minfin se capacitem cada vez mais no domínio do último grito das tecnologias de informação e comunicação. O que, nesta parceria com a Huawei, está a acontecer.

Não estranha, por isso, como escrevi noutras ocasiões, que a abordagem desta empresa encontre o maior acolhimento entre os mais altos escalões do Estado angolano. Mesmo sabendo que essa capacitação é a porta de entrada para os produtos que oferece, ou talvez por isso mesmo, denota-se um entusiasmo geral nessa abordagem de PPP. E porquê? Por causa dessa componente da formação. Dá-lhe outra robustez e traz claras vantagens para todas as partes envolvidas. É o que na língua inglesa chama-se “win-win approach”, uma abordagem em que todos saem a ganhar.

Qualidade e excelência no fornecimento de
PRODUTOS, SERVIÇOS & SOLUÇÕES INTEGRADAS
em **Informática e Telecomunicações**

DELL Technologies
TITANIUM PARTNER

SOMOS PARCEIROS QUALIFICADOS
E AUTORIZADOS PELA **DELL** PARA
DAR SUPORTE AOS SEGUINTE
PRODUTOS:

Powermax &
Vmax Family

Unity

VNX

Data Domain

Avamar

Para mais informações, ligue:

 **939 691 313**

OMNIdata
Informática e Telecomunicações

SEDE

www.omnidata.co.ao

f in @

Condomínio Belas Business Park, Edifício Namibe - Piso 8 - Talatona - Luanda - Angola

NÚMEROS DA SEMANA

Seis

Milhões USD valor da balança comercial entre Angola e o Gana, segundo o adido comercial angolano nesse país, Rui Livramento.

Dois

Mil milhões USD estimativa das transações anuais na Bolsa de Dívidas e Valores de Angola (Bodiva), que vai à privatização em 2022.

26,9

Milhões de kwanzas, receitas arrecadadas, de Janeiro a Junho deste ano, pelos Correios de Angola, na região centro-sul.

3,1

Milhões quilates de diamante produzidos de Janeiro a Abril deste ano, de acordo com o Gabinete de Planeamento e Estatística do Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás.



NO GANA

Jo Lourenço defende empenho para a concretização da ZCL

O Presidente João Lourenço defendeu, esta terça-feira, o empenho de todos os líderes africanos para a implementação da Zona de Comércio Livre, salientando não ter dúvidas de que a sua concretização seja uma das soluções para acabar com as dificuldades do continente.

João Lourenço fez estas declarações no fórum económico sobre Angola em Acra, capital do Gana. Na ocasião, apresentou ainda as potencialidades de Angola aos empresários ganeses. E convidou os homens de negócios a investirem mais em Angola nas áreas da agricultura, pescas e na indústria mineira preferencialmente.

O Presidente da República considera que o Gana está na posição de placa giratória entre a África Ocidental e a África Austral e, por isso, entende ser importante a ligação aérea entre Luanda e Acra, visto que poderá incrementar a procura recíproca de investimentos a serem realizados por empresários desta região.

EMPRESÁRIO IMPULSIONOU EXPORTAÇÃO DA BANANA

Morreu o administrador da Novagrolíder João Macedo

O sócio e administrador da Novagrolíder, João Macedo, morreu, nesta terça-feira, em Lisboa, Portugal, vítima de acidente de viação.

O acontecimento foi tornado público através de comunicados de diversas instituições e organismos, como o Ministério da Economia e Planeamento e ainda do Conselho Económico e Social.

Natural de Alcobaça, Portugal, João Macedo chegou em Angola acompanhado do irmão, José Macedo, e criaram o grupo empresarial líder, operando na área de despacho e transitário.

Posteriormente, apostaram forte na agricultura, tornando-se numa das maiores referências do país. Possuem unidades de produção no Bengo e Kwanza-Sul.

Entre os irmãos e sócios, era ele que normalmente atendia aos pedidos de entrevista. Em 2019,

concedeu uma ao *Valor Económico* em que abordou a forma como a empresa estava a enfrentar a crise económica. “Entramos em crise quando todos entraram, mas 2016 ainda foi um ano bastante bom pra nós. 2017 e 2018 é que foram catastróficos devido às desvalorizações e falta de divisas. Em 2018, desde o início do ano até ao fim, houve uma desvalorização de mais de 90%. Para quem compra insumos e mão-de-obra especializada em divisas não é bom porque não conseguimos subir os preços, inclusive houve alguns que baixaram. O que significa que não ganhamos dinheiro”, descrevera.

Na ocasião, referiu-se ainda os desafios para concretizar a aposta na exportação, salientando, por exemplo, a falta de rotas. “Da agricultura, somos praticamente só nós a exportar. As companhias não criam rotas porque o volume é pequeno. Na América Latina como há grandes volumes, muitas empresas têm

navios próprios, outras empresas têm rotas próprias e aqui não é o caso. O tempo de viagem, enquanto da América Latina pode demorar 14 dias, aqui são 30. Portanto, alguns constrangimentos que nós temos”, acrescentara.

Apesar das dificuldades, João Macedo manifestava-se “optimista” com o futuro de Angola, salientando que lutavam para “ajudar o país a andar pra frente”. Ao mesmo tempo, admitia que internamente ainda não tinham concorrência, no que ao sector agrícola diz respeito.

“É bom que venha [a concorrência], é salutar para irmos inovando. O que é preciso é uma moeda estável e divisas para trabalharmos, porque andamos aqui com falcaturas, somos um grupo de empresas que trabalham com honestidade e rectidão, não utiliza o dinheiro mal. O que nós pedimos é só acesso a divisas e uma moeda estável para trabalharmos”, insistia.



João Macedo era natural de Alcobaça, Portugal.